



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MUNICIPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### **ACTA Nº. 4/2012**

----- ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E DOZE. -----

---- Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano dois mil e doze, pelas vinte horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por Edital, de 29 de Maio de 2012, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**PONTO Nº 1** – Expediente, Informações e aprovação da Acta;-----

**PONTO Nº 2** – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea e) do nº. 1 do art.º. 53º., da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro, com a alteração da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

**PONTO Nº 3** – 1ª. Revisão Orçamental de 2012; -----

**PONTO Nº 4** – Autorização previa genérica para os Compromissos Plurianuais;

**PONTO Nº 5** - Fixação da Participação no IRS para o ano de 2013; -----

**PONTO Nº6** - Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), artigo 112º, nº5, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

**PONTO Nº 7** - Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados; -----

**PONTO Nº 8** - Fixação da Derrama para o ano de 2013; -----

**PONTO Nº 9** - Aprovação do Plano de Ajustamento Financeiro; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**PONTO Nº10** - Autorização para a contratação de um empréstimo no âmbito do PAEL (Lei nº. 43/2012, de 28 de Agosto).-----

Assinaram a lista de presenças os Deputados da Assembleia Municipal, Senhores:-----

---- Rui Monteiro Picciochi; -----

---- Ana Rita Lopes Inácio; -----

---- João Manuel Alves Gralha; -----

---- Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

---- José Maria Chambel Esteves; -----

---- Ricardo Manuel Ramalhete Honório;-----

---- Inocêncio Rodrigues Cruz; -----

----- Adriano da Fonseca Figueiredo; -----

----- Adriano Milho Cordeiro; -----

----- António Maria Constantino-----

----- Adelino dos Santos Amaral; -----

----- Nuno Filipe Fonseca Gameiro;-----

----- Paulo Jorge Ruivo Bento Lopes; -----

----- Manuel Maria Pequito Cardoso;-----

----- Antonio da Silva Pereira; -----

----- Paulo Alexandre da Cunha Tavares; -----

---- Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----

---- Valter Augusto Peres Caldeira; -----

---- João Filipe da Siva Ricardo; -----

---- Carlos Miguel Timóteo Pires.-----

----- Estiveram presentes o Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, os Senhores:-----

----- **Senhor Presidente da Câmara:**-----

----- Vitor Miguel Martins Arnaut Pombeiro;-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhores Vereadores em regime de permanência:**----- Fernando Santos Freire e Rui Constantino Martins-----

----- **Senhora e Senhor Vereador em regime de não permanência:**-----

----- Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Manuel de Oliveira. -----

Constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a sessão, apresentando as boas vindas ao executivo camarário, assim como a todos os presentes e começou por dizer o seguinte: “antes de entrar no primeiro ponto tenho que vos comunicar algo: como sou humano, erro e por isso quero pedir desculpa ao Senhor Deputado Eduardo Oliveira, pois na última sessão, quando foi presente o requerimento não devia ter interrompido a sua intervenção, facto que já não posso remediar, peço desculpa pelo que aconteceu.

Como sabem foi recentemente publicada a Lei N.º. 50/12, de 31 de Agosto sobre o Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais, solicitei aos serviços jurídicos uma informação e a qual já tenho em meu poder, acontece que faltam alguns elementos para podermos analisar qual a sua incidência na nossa empresa, o Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha. Numa primeira análise estará abrangida, falta ver se se cobre ou não os pontos necessários da Lei, temos seis meses para resolvermos esta situação.

Foi-vos colocado no vosso lugar o relatório do Auditor, que só hoje recebi, é a razão pela qual só hoje tem acesso ao documento.

Recebi uma reclamação da munícipe Maria Luísa Flores Joaquim sobre a acessibilidade à sua rua pedindo para ser retirada a barreira que a impede de sair e entrar da casa. Despachei esta carta ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer esta situação.

Os deputados que quiserem consultar as actas do executivo têm-nas à sua disposição.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à disposição dos Deputados a correspondência recebida e distribuída previamente. **(Anexo 1)**---



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nesta altura o **Deputado Municipal Inocêncio Cruz** solicitou o ofício recebido nesta Assembleia da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território o qual foi lido pelo Senhor Presidente da Mesa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou em discussão a **acta** da sessão ordinária de seis de Junho do ano corrente, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo.

Aberto o período de intervenções usou da palavra o **Deputado Municipal João Filipe** - “na ultima sessão quando se discutiu o ponto sobre a Reorganização Administrativa penso que fui claro, às vezes há dias em que podemos não estar bem, em que o discurso não sai tão correto mas penso que fui claro e objectivo e na transcrição na parte da minha intervenção as pontuações estão mal e noutras ficou sem sentido. Penso que ideia se apanha facilmente, fico um bocado chateado, mas creio que tenha havido aqueles lapsos e que não tive tempo de rectificar, salvaguarda um pouco aquela situação o facto de termos feito uma declaração de voto sobre esse ponto e onde as coisas estão de facto com clareza. Quando vamos comparar com outras intervenções e eu não gosto de fazer nem quero estar a fazer juízos de valores e comparo com a intervenção do Presidente da Câmara, das duas uma ou se calhar ele tem mais poder de oratória do que eu, a intervenção está toda na íntegra, toda certinha, segue os parâmetros e a minha baralha um bocado, a nota esta feita agradecia que houvesse algum cuidado nisso”.

- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** “estou completamente de acordo consigo, ainda hoje falamos nisso. Há facto uma grande dificuldade em fazer a acta, transcrevendo tudo o que o que se diz, há uma diferença abismal entre aquilo que se fala e aquilo que se tem que escreve e muitas vezes, ouvir as gravações é extremamente difícil passar a escrito de forma que seja compreensível. Além de que ao falarmos por vezes as frases, ou não tem sentido ou não as acabamos, o que torna bastante complicado a sua transcrição.

Há realmente pessoas com uma capacidade de se exprimirem e outras não.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eu vejo por mim, às vezes leio as minhas intervenções e quando começo a ler penso isto não tem pés nem cabeça, falta o contexto em que elas foram ditas e é difícil transcreve-las.

Tem sido uma postura minha no sentido e numa tentativa de mais ou menos se escrever o que se vai passando nas sessões. A Lei a tal não obriga, mas entendo que tratando-se de um órgão político tentamos transcrever opiniões expressas pelos senhores deputados, o que nem sempre se consegue. - **Deputado Municipal Eduardo Oliveira** – “boa noite a minha intervenção está ultrapassada porque é exactamente o mesmo que o companheiro de bancada disse e só aproveito porque também li as intervenções dos outros elementos e na página dezasseis fiquei sem entender a resposta do Senhor Presidente da Câmara em que diz” foi a Fundação que geriu toda esta componente o valor de todas as culturas seria de 75 mil Euros”, parece-me que isto não está correcto, é tudo”.

No uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse – “solicito-vos mais uma vez, que quando recebem a acta façam as alterações que entenderem e as comuniquem.

Basta um e-mail porque vão a tempo de se rectificar e corrigir o que está menos bem. Mas mais uma vez recordo que não é fácil ouvir a gravação e a sua transcrição é extremamente difícil.

- **Deputado Municipal Eduardo Oliveira** – “eu recebi a acta na quarta-feira”.

- **Presidente da Assembleia Municipal** – “por aí se vê a dificuldade que há a fazer a acta e esta foi elaborada num período de férias”.

Terminado o período de intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** submeteu, de imediato, a acta à votação tendo sido aprovada por maioria com 8 abstenções.

No uso da palavra o **Deputado Municipal Inocêncio Cruz** efectuou a leitura de uma declaração de voto.

- **Presidente da Assembleia Municipal** – “gostaria de dizer o seguinte: ao ouvir a sua declaração de voto, e como o Senhor Deputado se absteve na votação da acta não deve apresentar declaração de voto, podia era fazer uma intervenção. Isso não tem lógica”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Deputado Municipal Inocêncio Cruz** – “ a logica é o Senhor que a entende”.
- **Presidente da Assembleia Municipal** – “eu vou explicar a razão. Quem se abstém não tem posição sobre aquilo que ouviu”.
- **Deputado Municipal Inocêncio Cruz** – “ eu não disse que ouvi eu li”.
- **Presidente da Assembleia Municipal** – “podia fazer uma intervenção no período antes da ordem de trabalhos”.
- **Deputado Municipal Inocêncio Cruz** – “ a declaração de voto é aquilo que assiste a cada um de nós que aqui está seja qual a votação, se é abstenção, contra ou a favor, nem o Regimento nem a Lei diz o contrário”.
- **Presidente da Assembleia Municipal** – “não vale a pena alimentar a discussão e sabe perfeitamente que com a abstenção não tem direito a declaração, qualquer manual o diz”.

**O Senhor Presidente da Mesa** informou o plenário que foram presentes à Mesa uma declaração politica do PSD, (**Anexo 2**) uma moção do PS, (**Anexo 3**) e declaração politica da CDU. (**Anexo 4**)

Usaram da palavra os **Senhores Deputados Antonio Pereira, Nuno Gameiro e João Filipe** para lerem os respectivos documentos.

- **Deputado Municipal João Ricardo** – “ solicito que fotocopiem e distribuam a moção apresentada pelo Partido Socialista para mais tarde ser discutida, pelo facto de ser bastante extensa”.

**O Senhor Presidente da Assembleia** questionou o plenário sobre o pedido de Deputado Joao Filipe ao qual ninguém se opôs.

### **----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

Após as inscrições, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Deputados da Assembleia Municipal, Senhores:-----

- **Deputado Carlos Timóteo** – “boa noite, a única coisa que queria referir é que os documentos nos foram entregues na terça-feira. Tendo em conta o volume de trabalhos, e são assuntos importantes sobre os quais temos que emitir uma opinião, parece-me pouco tempo para analisarmos isto tudo de uma só vez. Também temos as nossas vidas profissionais e pessoais”.
- **Deputado Municipal Inocêncio Cruz** – “temos conhecimento que a ANAFRE irá pedir a inconstitucionalidade da Lei da Reorganização Administrativa, hoje



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

segundo o que se diz nos corredores do Governo, este irá deixar cair a Reorganização Administrativa e este Município que é o nosso, passados seis dias da Lei sair sem qualquer discussão aparente apresentou uma proposta com base no parecer anterior à Lei sob uma proposta de Lei que sabem que foi alterada no seu texto final e eu gostaria de saber porquê? Se tínhamos até quinze de Outubro para discutir isto tudo porquê a urgência, porque não se levou a debate publico nas diversas freguesias esta situação, porque não se ouviram as pessoas, dá-me a sensação que é mais importante de que a identidade de um povo e a sua história, é a sua continuação de um aglomerado populacional.

A segunda coisa que eu gostaria de saber é que aparece nos escaparates do nosso e-mail a informação da Câmara Municipal que o Aquagym vai proporcionar gratuitamente nos meses de Outubro e Novembro as suas actividades. Queria saber se o Aquagym está ou não concessionado, se está, quem é que vai pagar estes dois meses gratuitos. Sobre o acesso ao Castelo de Almourol eu gostava de saber o que é que é pago para podermos ir ao Castelo, é o barco que nós utilizamos ou não? Quem vai com os próprios meios também tem que pagar?

Também tive conhecimento que a Senhora Arquitecta Teresa Gil já regressou ao posto de trabalho depois de alguns anos de ausência por motivos de doença, uma profissional exigente, competente e dedicada, congratulo-me pela sua vinda e espero que seja integrada e aproveitados os seus conhecimentos para o desenvolvimento do nosso Concelho.

Como é do vosso conhecimento está em construção promovida pela Associação de Paralisia Cerebral, penso que com o nome Moinho de Vento, em Moita do Norte, gostaria de saber qual o papel da Câmara nomeadamente no que concerne ao financiamento desta obra, qual é a posição? Se não houver dinheiro para pagar ao empreiteiro quem paga?

Por fim gostaria ler um e-mail, é importante lermos. É um texto do escritor Guerra Junqueira”.

- **Deputado Municipal António Pereira** – “ já mais do que uma pessoa me perguntou qual a razão por que é que uma parte da Sede do Concelho tem gaz



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

natural concretamente na parte de cima e o resto não tem. O que é que se passa? Está prevista alguma alteração a esta situação? No decorrer das Festas do Concelho ocorreu um grave acidente com uma família onde um dos membros ficou paralisado. Diz-se por aí que se tratava de uma obra com condições de segurança muito precárias e que a Câmara seria responsável ou co-responsável. Não estou a afirmar por mim próprio ouço aqui e acolá, sobre este assunto gostaria de saber se a Câmara se sente com essa responsabilidade e se a obra estava com essa falta de condições de segurança. Está a fazer alguma coisa por aquela família a qual está com muitos problemas? Trata-se de uma senhora ainda jovem, e que de certa maneira contribuía bastante para o orçamento familiar. Gostaria de saber se a Câmara tem sido sensível a este problema”.

**- Deputado Municipal Paulo Tavares** – “boa noite, quero dar as boas vindas ao Presidente da Junta de Freguesia de Atalaia, Senhor Nuno Gameiro é a primeira vez que está nesta Assembleia, estamos a um ano do fim desta legislatura, seja bem-vindo e que tenha um bom desempenho. A minha intervenção vai para os seguintes assuntos: Na Estrada 540, o que já foi frisado, penso que pela bancada da CDU, tem umas zonas do alcatrão cheias de buracos e os automóveis que por lá passam sentem bastante nas jantes, penso que deveria ser repostos o alcatrão ou resolvido a situação daqueles buracos, porque se se fôr a alguma velocidade pode-se danificar o automóvel. A limpeza dos contentores tem a ver com o civismo das pessoas que ao colocarem dejectos estes ficam com um cheiro nauseabundo. Devia-se apostar mais na limpeza dos contentores, já vi contentores novos nalguns sítios mas noutros existem bastante velhos e por limpar.

Estava em conclusão a conduta de esgoto da zona industrial e no fim do verão acontecem por norma alguns problemas na zona do esgoto junto à passagem de nível do Cardal. Estou muito preocupado com aquela vertente de acréscimo do esgoto, dado que todo o esgoto da Atalaia e Moita do Norte vai ter a dita passagem e aquela conduta vai estreitando. Solicitava a informação se está prevista alguma obra no sentido de se resolver essa situação, porque basta que chovam as primeiras águas para que as tampas do esgoto se levantem,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esta é uma situação que existe há anos. Gasta-se tanto dinheiro em tudo e estas obras são necessárias ficam por fazer, vão-se adiando e quase me atrevo a dizer que o Presidente da Câmara vai-se embora e não resolve o problema.

Outra situação que nós temos ainda no Concelho são os tubos de água com percentagens de amianto. Já me explicaram que mesmo se estiverem molhados não tem problema nenhum, mas a realidade é que existem tubos em Lusa Lite com amianto ainda a funcionar, queria saber se está previsto a remodelação desses tubos.

O Deputado Inocêncio falou sobre a Associação de Paralisia Cerebral a qual está a fazer uma obra na Moita do Norte tendo ficado espantado, não porque as obras começaram, mas com a empresa a quem foram adjudicadas: a empresa Aquino, que deu tantos problemas na construção da Escola D. Maria II, porque faliu e passados uns meses está novamente a fazer uma obra no Concelho. É certo que é uma entidade privada mas se a Câmara também está aqui a dar algum apoio, eu pergunto o porquê daquela empresa que deu tantos problemas. Será que a obra vai ser acabada?

A Empresa Municipal que gere o Parque de Negócios vai terminar, acaba-se com a Empresa Municipal dado que a venda dos lotes está parada há meses?”

**- Deputado Municipal João Filipe -** “ eu queria reforçar o que foi dito pelo meu camarada de bancada, a ordem de trabalhos é efectivamente muito extensa e têm que reconhecer que nós fazemos um esforço para intervir nesta Assembleia e participarmos, penso que isso é reconhecido e que haja algum respeito a enviar os documentos. É muito complicado e faz-se um esforço muito grande para tentar ter aqui alguma intervenção. Não é uma questão de oposição é também poder participar ajudando para a solução de algumas situações que é o que procuramos fazer, eu faço o pedido para terem isso em atenção.

Eu fico constrangido quando falo das actas porque me falam dos funcionários mas eu queria dizer isto, a responsabilidade é da Mesa e não dos funcionários. Outro assunto é o Parque da Atalaia: andaram a fazer limpezas, e eu queria saber se as obras são para continuar brevemente, se já há dinheiro ou não.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Outra situação é a dos transportes escolares, há um grande descontentamento por causa da sobrecarga da lotação no transporte das crianças.

- **Deputado Municipal Adelino Amaral** – “boa noite a todos, gostaria de dizer aqui algumas palavrinhas acerca da nossa preocupação que temos na Freguesia de Praia do Ribatejo. Nos últimos tempos temos tido um serie de assaltos na Freguesia. Ainda há pouco tempo houve dois assaltos nas Madeiras, gostava de saber se haverá alguma possibilidade se a Assembleia ou a Câmara poderá fazer algo para minorar este tipo de problema.

Outro ponto era em relação aos TDT's, principalmente na zona baixa de Praia do Ribatejo ouvem-se as pessoas a queixarem-se que têm muito má recepção do sinal e alguns, nem isso. Não sei como é que poderíamos minorar ou melhorar este problema.

- **Deputado Municipal Eduardo Oliveira** – “ em primeiro lugar, temos o caso da segurança no Concelho; os assaltos na Freguesia de Moita do Norte são quase contínuos, qual é a posição do executivo camarário? Já reuniu o Conselho de Segurança? Que medidas vão tomar?

A segunda questão é dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como sabe durante meses levantei aqui a questão da falta de presença do Presidente da Junta de Freguesia da Atalaia e a sua substituição por um elemento da qual nunca tivemos conhecimento da regularidade dessa situação, após meses, recebi há dias uma carta enviada pelo Senhor Presidente da Mesa em que o assunto era o regime de incompatibilidades e impedimentos, hoje verificamos que está presente o Senhor Presidente da Junta Freguesia de Freguesia. Como todos se lembram eu disse publicamente, como gosto sempre de fazer, e aqui na presença de todos, que o Senhor Presidente da Junta por vezes não estava nesta Assembleia e estava na área destinada ao público. Considerando este documento, que eu julgo que deveria ser distribuído a todos os membros desta Assembleia considerando que está provado que nesta Assembleia esteve durante todo este mandato a presença de um elemento que nunca deveria ter estado presente, porque nunca houve justificação para a sua presença e considerando que esse elemento tomou parte em todas as votações que decorreram considero que tudo isso é ilegal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gostaria de saber como é que o Senhor Presidente entende se são legais todas as decisões tomadas nesta Assembleia, neste momento pondero se não devo enviar esta situação para o Ministério Público e Inspeção relacionada com esta situação porque durante todo este tempo estivemos sempre a funcionar ilegalmente”.

**O Senhor Presidente da Assembleia uso da palavra para responder** – “ em relação a este assunto se bem se recorda foi presente um ofício do Presidente da Junta de Freguesia de Atalaia em que informava que se fazia representar pelo substituto legal por ele designado. O problema que se levantou era sobre se a argumentação da substituição do Presidente da Junta estava correcto. Pedi parecer jurídico e o qual lhe foi entregue. A substituição do Presidente da Junta foi feita face ao documento apresentado na altura e lido. Pode não se lembrar, mas pode ter a certeza e posso pedir o envio de uma cópia se assim o entender. Relativamente às votações, na minha perspectiva, é indiferente porque nunca nada foi aprovado com um voto de diferença por isso todas as votações desta Assembleia são válidas.”

**- Deputado Municipal Nuno Gameiro** – “ se me permitem sobre o assunto subscrevo as palavras do Senhor Presidente da Assembleia, eu tive o cuidado de informar a Assembleia a seu tempo que teria um substituto que era concretamente o Tesoureiro e isso resultou e é bom lembrar aqui de um parecer que existia nos serviços municipais de Câmara sobre o que era o entendimento do facto de eu prestar serviço na Empresa Municipal. Independentemente disso, na minha vida sempre me norteiei por princípios éticos e morais. O que sucede concretamente e relativamente a este assunto, eu entendo na minha modesta opinião que era preferível estando a Junta de Freguesia devidamente representada eu não estivesse presente na Assembleia porque alguns dos assuntos que são debatidos de facto são referentes à Empresa Municipal e a Junta de Freguesia da Atalaia esteve sempre devidamente representada e com a autorização do Presidente da Junta conforme determina a Lei. Para meu espanto percebi que na última sessão a minha presença no público causou polémica e acabei de explicar porquê da minha falta. Mas como também sou cidadão, e me preocupo com os assuntos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do meu Concelho e entendi que alguns dos assuntos eram suficientemente relevantes para justificar a minha presença. Mas agora com tantas saudades que os meus colegas da oposição tinham do Presidente da Junta de Freguesia de Atalaia, pois bem têm-me aqui agora para o debate político”.

**- Terminadas as inscrições foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para dar satisfação às questões colocadas pelos senhores Deputados:-----**

“Boa noite a todos.

Respondendo às questões que me foram colocadas começo pelo Aquagym: o que se passa é que nós tínhamos uma iniciativa em que duas a três vezes por ano, promovíamos aquilo que designávamos – o dia aberto – isto é as pessoas que não tinham qualquer vínculo com a Aquagym poderem usufruir das instalações e a partir desse dia puderem eventualmente serem utentes. Esse dia aberto foi considerado que não estava a funcionar já tão bem e que já não trazia novas inscrições. Optou-se portanto por uma iniciativa diferenciada, que julgo ser a informação solicitada, Trata-se dos vouchers, que no fundo são acções de marketing para tentarmos que neste período difícil em que poderá haver um menor número de utentes, fomentar a utilização do equipamento. Esta iniciativa enquadra-se nessa vertente.

Relativamente ao Castelo Almourol o que se paga é conjunto de transporte e acesso à ilha, porque foi o acordado com a EPE. É do conjunto de transporte e acesso que deriva a receita para toda a limpeza.

Infelizmente como temos tido o caudal do Rio Tejo baixo há passagem a pé. Todos os problemas que nós conhecíamos há alguns anos deixaram de praticamente acontecer. O pagamento é devido, independentemente se as pessoas querem pôr a sua integridade física em causa e passar por meios próprios para aceder ao Castelo ou se utilizam o barco. Parece-me que é perfeitamente razoável.

Infelizmente temos tido o caudal do Rio Tejo muito baixo o que permite que se passe a pé.

Em relação ao Moinho de Vento é curioso que se refiram que esta obra se situa em Moita do Norte, por acaso situa-se em Vila Nova da Barquinha, mas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diz bem o que numa discussão que aqui tivemos e que o Deputado Inocêncio não participou. Esta obra não é da Câmara Municipal, é uma obra de uma IPSS, ao qual a Câmara assim como as Juntas de Freguesia se associaram no apoio. É uma obra financiada pelo Programa Pares em cerca de 70% e é um projecto, que só agora se concretizou, mas lembro que é um Projecto muito antigo, o qual se iniciou ainda quando tínhamos como funcionário o Rogério. Como não é uma obra da Câmara não é a Câmara que tem que responder pelo Empreiteiro, embora se esclareça que as empresas que entram em insolvência os credores podem decidir pela continuidade da própria empresa através de gestores nomeadas pelos próprios credores. Neste caso é a Banca e ao que tudo indica foi o que aconteceu com esta empresa. Esclareço também que o Programa Pares obriga que o nível do procedimento a exigência seja praticamente semelhante ao concurso público, portanto para a escolha do empreiteiro.

Sobre o Gás Natural, a decisão dos investimentos é tomada exclusivamente pela empresa, que é uma empresa privada a Tagusgas que vamos pressionando essencialmente quando temos obras de requalificação. Custa-nos muito que essa empresa não aproveite quando fazemos intervenções, principalmente em arruamentos e quando há alcatroamentos, as não façam ao mesmo tempo. É-lhes dito que senão aproveitam essa oportunidade não iremos facilitar a abertura de valas. Ainda assim posso-lhe dizer que está agendada para a próxima semana na zona da Chã até ao Monumento, zona histórica e passa pela restauração. Aquando da EN3 e antes do alcatroamento ficou tudo preparado para pudermos fazer esta intervenção. É importante, é mais uma extensão que se irá fazer, mas durante duas semanas haverá alguns problemas com a circulação na vila, mas ainda assim registo este investimento da Tagusgas.

Sobre o acidente com a queda do murete tratava-se de um murete de protecção a um quadro eléctrico. Houve desde logo a total assunção da responsabilidade por parte do Empreiteiro e nós acompanhamos o assunto como não podia deixar de ser e pressionamos no sentido da possibilidade das pessoas serem ressarcidas e inclusivamente, posso dizer-vos que a habitação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

onde estão instalados foi adquirida pelo Empreiteiro, parece haver boa-fé. Os seguros foram accionados e portanto estamos com os procedimentos normais. Nós tivemos um caso há cerca de três anos de um funcionário que foi considerado acidente de trabalho, pois ia a caminho de casa ao final do dia, e a nível de seguros só agora ficou resolvido. Infelizmente as coisas são assim e esperamos que neste caso as coisas possam se resolver. Acompanharemos este caso e tudo faremos para que este assunto, do ponto de vista da assunção de responsabilidade, possa chegar mais rapidamente a bom porto.

Registei a situação de alguns buracos na Estrada 540.

A limpeza dos contentores, vamos fazendo a limpeza é necessário que as pessoas colaborem o que por vezes não acontece.

Quanto à situação do Cardal e nomeadamente à ligação do Parque Empresarial esse facto não nos traz novos problemas e porque não existe no Cardal um problema no esgoto doméstico, o que existe é relativamente ao esgoto pluvial. É aí que está o problema. Estava previsto a realização de diversos projectos aquando do licenciamento da Urbaloura, que todo aquele terreno, ao lado do campo de futebol da Atalaia e depois a sul até linha, onde se exigiu que todos os esgotos pluviais fossem desviados não para o lado esquerdo para o Cardal mas para o lado direito junto à linha dos Caminhos de Ferro o que faria que boa parte das águas seriam escoadas para a ribeira da Ponte da Pedra. Isso iria resolver completamente o problema mas é evidente que não está nas nossas mãos e o destino que a Urbaloura venha a ter. Manifestamente não se prevê num futuro próximo que essa obra se realize, mas isto para dizer ao Deputado Paulo Tavares da preocupação que temos relativamente ao assunto. As exigências que fizemos em sede de licenciamento porque isso honorava ainda de forma significativa os custos das infra-estruturas e com o facto que nos ultrapassa não se chegou a concretizar, apesar de estar completamente licenciado.

- Lusa Lite na rede de águas é verdade que existe e sempre temos feito intervenção de reabilitação temos alterado a lusa Lite pelo PVC. É um trabalho que se vai continuamente fazendo, sendo certo que ao longo dos anos houve uma substituição muito significativa da rede águas de lusa Lite para PVC; é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um trabalho que continuará a ser feito. Exemplo disso é a Praia do Ribatejo a substituição foi feita integralmente em toda a vila no âmbito do trabalho executado em termos da regeneração urbana.

Em relação à Encosta da Capela estamos a retomar a obra no sentido em que embora não tenhamos formalmente ainda aprovada a candidatura em sede dos Fundos Comunitários, e pelas reuniões que tenho tido, tenho o comprometimento que essa candidatura será aprovada e nesse sentido retomamos a sua realização.

Não tenho conhecimento sobre a sobrelotação em termos de transportes escolares e neste caso em concreto nada lhes posso dizer.

Os assaltos é evidente que é um assunto que nos preocupa e se numa eventual reunião do Conselho Municipal de Segurança se resolvesse estes problemas ele já teria sido feito. O que é necessário é mantermos a pressão de que o número de efectivos no Posto da GNR de Vila Nova da Barquinha possa ser reforçado. É certo que este contexto económico e social propicia a que se verifique um aumento destas ocorrências.

À má funcionalidade dos TDT's afecta sobretudo as pessoas de recursos mais escassos que não têm Televisão paga, são as notícias que vamos tendo. Nós tomámos posição quer junto da ANACOM quer junto dos Grupos Parlamentares, e dos quis ainda não obtivemos resposta. Sugiro que a Junta de Freguesia reforce junto da ANACOM o protesto contra esta situação dado verificar-se que na Freguesia da Praia do Ribatejo este problema ainda se mantém. Nós também iremos reforçar junto da ANACOM para que essa situação possa ser alterada”.

**O Senhor Presidente da Assembleia** passou a palavra aos Deputados Municipais.-----

**- Deputado Municipal Inocêncio Cruz** – “ há pouco não me respondeu se o Aquagym é ou não é concessionado e os vouchers pressupõem-se serem uma contrapartida, senão era como o Senhor Presidente da Câmara disse o dia aberto.

Dizer que é razoável ir para o Castelo de Almourol nem que seja saltitar de pedra em pedra ou de mergulho e ter que pagar o transporte, razoável é vir de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tancos ao Castelo de barco e ter que pagá-lo, razoável é da margem do rio para o Castelo senão estamos perante uma portagem.

A Associação Moinho de Vento, não vamos discutir se é Barquinha ou Moita que nós não sabemos bem o que é mas também agora não interessa nada é só para dizer o seguinte, penso que era importante que a Câmara ouvisse alguns destes comentários como algumas vezes nós fazemos aqui como alertas é que eu também sou sócio da Associação a verdade é que não percebo como é que se avança com uma obra deste calibre sem que houvesse aparentemente um suporte financeiro, por isso chamei à atenção, foi só isso. Em relação à insolvência todos nós sabemos como é que as coisas são, não faço nenhum comentário foi um concurso público a pessoa concorreu, ganhou e acabou e só para alertar para isso”.

- **Deputado Municipal Paulo Tavares** – “ eu perguntei se a Empresa Municipal vai cessar ou se vai continuar. Já agora aproveito para frisar algo sobre o Senhor Deputado Nuno Gameiro, eu estive a ler o parecer jurídico e tenho muitas dúvidas sendo Deputado nesta Assembleia e ter funções de dirigente numa Empresa Municipal. Este é um parecer de um jurista mas era importante obter outro parecer”.

- **Presidente da Mesa** – “ eu faculto-lhe uma cópia do parecer e por favor peça a alguém que o saiba interpretar para lhe dar opinião, porque estar a discutir pareceres jurídicos sem competência para o fazer como é o meu caso, não o faço”.

- **Tomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte:**-----

“ o Aquagym não é concessionado, é gerido pela Câmara Municipal. Os vouchers é o equivalente ao dia aberto, as pessoas vão isoladamente e vão conhecer um equipamento que escolherem.

Sobre a Associação Moinho de Vento penso que as questões mencionadas serão com certeza discutidas em Assembleia Geral.

Sobre a Empresa Municipal, saiu uma nova legislação em Setembro que dá seis meses para adaptar a Empresa a toda esta realidade e o que posso dizer é que no prazo de seis meses e numa leitura ainda não aprofundada tudo indica



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que este tipo de Empresa só se poderá manter havendo ligeiras adaptações relativamente aos estatutos. Esse trabalho virá com toda a certeza no prazo de seis meses, se não vier na sessão de Dezembro virá com certeza na sessão de Fevereiro. Há apenas a intenção de adaptar a Empresa Municipal ao novo enquadramento jurídico que entretanto sair. Não posso deixar de fazer um comentário sobre esta situação do Presidente da Junta da Atalaia. A bancada do PSD esta desconcertada, até aqui reclamava porque é que não estava aqui, a partir de hoje vai começar a reclamar porque é que ele cá está, não deixe de ser uma situação engraçada”.

- **Deputado Municipal Eduardo Oliveira** – “não posso deixar de comentar esta afirmação do Senhor Presidente da Câmara como ele deturpa o que se passa nesta Assembleia, o que foi solicitado era a legalidade da presença ou não do Senhor Presidente Junta foi isto e nada mais.

- **Presidente da Mesa** – “ Senhor Deputado Paulo Tavares, eu tive o cuidado vos transmitir, no início da sessão, da saída da Lei nº. 50/12, sobre o Regime Jurídico das Entidades Empresariais. Que o assunto estava a ser estudado, tinha um parecer jurídico, faltavam dados para que esta Assembleia pudesse deliberar se ia ser extinto ou não, e que tínhamos seis meses para decidirmos sobre este assunto. Ainda não tenho os dados para vos fornecer para se poder tomar a decisão. Lamento mas eu falei neste assunto no início e Senhor Deputado não ouviu, paciência”.

- **Período de intervenção aberto ao Público.** -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala e nos termos regimentais informou que poderiam intervir, bastando para o efeito inscreverem-se. Tendo-se inscrito para o efeito o Senhor Carlos Alberto Dias.**-----

No uso da palavra o Senhor Carlos Dias disse: “boa noite, as perguntas que eu queria colocar aqui se puderem responder hoje muito bem senão agradecia que me sejam respondidas de acordo com artigo 52º. do Regimento desta Assembleia. Como muitas pessoas sabem estive fora durante 13 anos agora estou cá de vez e fui-me interessando pelos assuntos do meu Concelho, o que eu tenho a perguntar era aqui há uns anos largos entre o Castelo de Almourol



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e a Convento do Loreto foi encontrado um brasão que foi trazido para a Câmara e entregue ao Núcleo de Arqueologia, tive conhecimento no início deste ano que esse brasão desapareceu das instalações do referido núcleo, gostaria de saber se é verdade, eu tenho uma fotografia desse brasão que posso trazer. Também consta que desapareceu dos cofres da Câmara o documento original e histórico de D. Maria II quando elevou este Concelho. Também gostaria de saber se era verdade, sei que houve um inquérito. Se desapareceu foi comunicado ao Ministério Público? É um documento interessante e pode aparecer nalguma colecção particular.

Havia um armário ao cima das escadas com uns livros, gostava de saber onde estão se andam perdidos com as mudanças eu acredito não que tenham desaparecido. Como desapareceram também três livros antigos com a história toda do Concelho, fiz umas perguntas e parece-me que estão guardados, queria saber a verdade.

Por fim questiono se alguém vai amanhã ao Congresso da ANMP e quem é o representante das Freguesias”.

- **Senhor Presidente da Mesa respondeu** que em relação à ida ao Congresso vão todos os representantes legais.

- **Senhor Carlos Dias** “ mas quem é o representante das Junta de Freguesia?”

- **Senhor Presidente da Mesa respondeu** “ é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Atalaia”.

- **Senhor Carlos Dias** – “as actas da Assembleia Municipal não estão por ordem cronológica os números estão trocados”.

**O Senhor Presidente da Mesa** respondeu que ia verificar.

Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas pelo Muncípe: “ não sei responder à questão do brasão. Há alguns anos houve de facto o desaparecimento de um documento de cariz histórico foi feito um processo de averiguações e chegou-se à conclusão de que existe um documento com determinadas características que estão na posse do Município. Agora não sei responder relativamente aos livros em concreto, o que eu posso dizer é que temos feito um esforço, apesar de estarmos vinculados a diminuir o número de funcionários, e com todos os problemas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que vamos tendo, dedicamos sempre que podemos algum tempo nomeadamente ao arquivo histórico. Foi feito um investimento quer em mobiliário adequado para a recepção de todo o material e um inventário. Todo o material e o arquivo histórico estão hoje muito melhor de que há alguns anos atrás, sendo certo que ainda há muito por fazer”.

- **Presidente da Assembleia Municipal** – “ penso que era bom esclarecer de uma vez por todas onde se encontra o documento, toda a gente falava no foral, o documento não é um foral o título tem outra componente, mas foral não existiu. O documento encontrou-se e está arquivado.

**Nesta altura o Senhor Presidente da Mesa anunciou um intervalo de dez minutos.**

Retomada a sessão o **Senhor Presidente da Mesa** disse que como anunciado anteriormente já todos tinham em cima da mesa a copia da moção que foi admitida para discussão.

**Registaram-se as seguintes intervenções dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Senhores:-----**

- **Deputado Municipal Carlos Timóteo** - “nós vamos votar em coerência com aquilo que sempre defendemos em relação à introdução de portagens na A23 o que se trata é defender um xarope, as isenções são uma xaropada que se arranjou aqui para aliviar o efeito gravoso que as portagens têm sobre principalmente o interior do País. É óbvio e vai ser muito evidente a curto prazo, os danos económicos que isto vai ter nas populações do interior, vão-se reflectir a nível populacional com deslocações de muito mais pessoas para a zona do litoral obviamente, com o problema das empresas a agravar-se não será preciso esperar muito para percebê-lo.

Com todo o problema que isto trará em termos demográficos em termos de desenvolvimento harmonioso da totalidade e da globalidade do nosso País. Outro aspecto pelo qual nós defendemos a abolição e não as isenções tem a ver obviamente com as denúncias que têm sido feitas, todos os dias são conhecidas sobre o modo como isto se passou. Os contratos foram celebrados entre o Estado e os Concessionários ou seja as empresas que vão orbitando à volta dos interesses do Estado ainda que cá fora façam o papel de grandes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

liberais da iniciativa privada e de empreendedorismo e de outras coisas assim do género, mas nós sabemos realmente que eles vivem e sobrevivem e não fazem outra coisa que não seja esmifrar, usando uma palavra pouco contundente, esmifrar os poucos recursos do Estado.”

- **Deputado Municipal António Pereira** – “ eu compreendo a intenção desta Moção, compreendemos todos, só que tinha duas coisas a dizer e é mais sobre a própria redacção: a primeira nós sabemos que o fim das isenções ultrapassa muito o Governo Português têm a ver com uma Directiva da União Europeia, salvo erro em vez de estar aqui ao Governo Português dever-se-ia também fazer referência a essa legislação europeia que proíbe isenções penso que sabemos todos disso, de facto Governo não tem grandes alternativas.

Segundo, as moções são para manifestar o estado de espírito de uma pessoa de um povo de um grupo, manifestação de repúdio, manifestação de regozijo, de confiança etc. e por isso eu sinceramente não vou votar contra mas também não irei votar a favor.”

O **Senhor Presidente da Mesa** questionou o **Deputado Antonio Pereira** se pretendia fazer alguma proposta ao que foi respondido que não.

- **Deputado Municipal João Filipe** – “ eu queria dizer que é a segunda Moção que o Partido Socialista traz a esta Assembleia sobre esta situação inclusivamente era exigido solicitar ao Governo o início do processo negocial. Também já o dissemos sobre esta matéria pese embora as diversas posições que os Socialistas tem sobre isto o que é certo é quando este o assunto foi levado à Assembleia da Republica nenhum Deputado vosso, do distrito, excepto o Deputado Comunista, votaram a favor da isenção das portagens. Há um assunto incluído nesta moção eu percebo-a, porque há alguma ligação, são os semáforos na Estrada Nacional 110, é algo que também já falamos e já chamamos à atenção e já mostramos a nossa preocupação para essa situação porque é natural que possamos vir a ter problemas na Atalaia porque o tráfego é muito maior. Agora de facto a questão de pedido de sinalização semafórica, não sei se deveria ou não estar aqui, se é correcto, porque se misturam de alguma forma as duas coisas de qualquer maneira sobre o assunto eu gostaria de saber sobre a sinalização se foi algo nesse sentido ou através da Junta de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Atalaia ou da Câmara. Penso que havíamos de nos defender sobre esta situação até porque por segurança das pessoas evitar que algo de grave possa surgir e sermos acusados de nada fazer.

**Submetida a votação, a moção, foi aprovada por maioria com seis abstenções.**

**Deu-se início à Ordem de Trabalhos previamente estabelecidos.-----**

**----- Ponto Um - Apreciação de uma Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e), do nº. 1, do artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----**

**Aberto o período de pedidos de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, senhores:-----**

**- Deputado Municipal Inocêncio Cruz** – “ em relação à informação escrita, ela é muito profunda e penso que estas são importantes de tal modo que em relação a esta informação, a qual foi das mais extensas que foram apresentadas durante o mandato, e temos aqui pano para mangas para discutir, ou pelo menos para as estudar.

Mesmo em momentos de crise, este Concelho está a mexer e isto é importante que se diga. Quando se aponta o dedo às coisas que não estão a correr bem, é importante enaltecer quando as coisas estão a correr bem.

A informação toca numa perspectiva global, todo o trabalho que a Câmara tem andado a fazer, os seus funcionários, os seus dirigentes, o empenho como o têm feito, e a acreditar no que está aqui, leva-me a dizer que é importante que o vosso trabalho continue, mesmo levando algumas caroladas de uns e de outros, a verdade é que o trabalho está aí, está exposto, e as pessoas podem vê-lo e analisá-lo.

Era sobretudo ter esta tónica da informação da Câmara, que neste momento de crise e difícil ela vai fazendo o seu trabalho e eu penso que temos que estar honrados com isso”.

**- Deputado Municipal Eduardo Oliveira** – “ Quero fazer umas perguntas simples, qual o passivo nesta data?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Está aqui na informação financeira que na conservação das zonas de lazer do Concelho já foram pagos 77.500 euros e já estão mais comprometidos 38 quinhentos e tal. Quero dizer, já se gastaram cento e tal mil euros pelo que gostaria de saber em que zona de lazer foram gastas estas verbas.

Também gostaria de saber, pois foram estabelecidos novos Protocolos com a SIRA e com o CUR para execução de obras e considerando as dificuldades, e considerando que nesse Protocolo não está indicado, pelo menos nas actas, o valor com que a Câmara vai participar nessas obras.

Como foi feita a concessão do Posto de Turismo e como vai funcionar?

Também disse o Senhor Presidente, há pouco, que há redução de funcionários pelo que gostaria de saber quantos funcionários, de acordo com essa obrigação dos 2%, já foram reduzidos na Câmara?

Em relação à reclamação feita diversas vezes na Freguesia da Moita sobre a iluminação pública a qual está a ligar às sete e meia e quando temos que sair para os empregos horas mais cedo numa escuridão e qual se vai agravar mais em Outubro, pergunto se não devia ser revista esta situação.

Claro que não vou fazer a pergunta, e que se justificava, era para que serve a Comissão de Segurança e talvez as outras Comissões eleitas por esta Assembleia, dadas as afirmações do Presidente.

Espero que se aproveite a nova Lei sobre as Empresas Municipais para extinguir a Empresa Municipal que nos dá a oportunidade de sair bem, atribuindo a culpa à nova Lei que vai sair.

Estão algumas situações indicadas nas reclamações sobre os transportes no qual no entanto julgo que é um esforço que a Câmara está a fazer no sentido de com os parques meios conduzir a bom termo o seu trabalho. Não posso passar sem ler e contrariamente ao que foi dito pelo companheiro de bancada da oposição o seguinte: diz o Revisor Oficial de Contas que o endividamento da Câmara já ultrapassou os limites a médio e longo prazo e termina dizendo que se afigura muito problemático alcançar os objectivos de contenção do endividamento municipal dentro dos limites previstos na Lei e também consequentemente o funcionamento corrente da própria Autarquia, atendendo aos constrangimentos decorrentes da aplicação da Lei n.º 8/2012, é tudo.”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Deputado Municipal João Filipe** – “ em primeiro lugar queria dizer que me incomodou e penso que merecia outra resposta a questão colocada pelo Senhor Carlos Dias, ele já saiu mas gostava de o saudar, porque é um Município que tem a particularidade de ser uma pessoa que de vez em quando aqui aparece e coloca algumas questões pertinentes e hoje colocou aqui. Penso que as questões por ele colocadas acerca dos documentos que parece ninguém saber onde estão, ficou-se na dúvida se alguns documentos poderão ser histórias e até valiosos. Nós sabemos que hoje em dia há enriquecimento com o tráfego da venda das obras de valor patrimonial elevado que muitas vezes são desviadas e roubadas. Penso que a resposta que ele obteve da parte da Câmara não foi sim nem não, foi ni, e não me pareceu haver uma grande preocupação com isso e confesso que essa situação me incomodou. Um documento da época da D. Maria II será um documento com valor, os fascículos, os livros desaparecidos a questão do brasão, enfim isto são coisas que não se atiram para trás das costas, é uma questão que eu deixo e é uma nota que agradeço terem-me deixado fazer.

Uma questão sobre a informação é sobre o Plano Director Municipal e de algumas questões que são aqui levantadas por algumas entidades, que devem emitir pareceres. Eu pergunto se algumas são situações formais outras não sei se serão. O Turismo emitiu um parecer favorável, DGPC (antigo IGESPAR) emitiu parecer favorável condicionado, APA (ARHTEJO) emitiu parecer desfavorável, o MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, emitiu um parecer com recomendações a incluir nos elementos do Plano o INIR emitiu um parecer com recomendações, o MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO emitiu parecer favorável e a CCDRLVT emitiu parecer com recomendações etc. Não sei se o Senhor Presidente tem condições para esclarecer melhor se algumas destas situações não são graves ou se têm algumas gravidade e qual a importância delas.

- **Deputado Municipal Paulo Tavares** – “ o assunto tem a ver com a nossa Assembleia em que no mapa financeiro os custos desta Assembleia são de 4.335,29 Euros. Dá-me a sensação de serem os custos com as senhas de presença de todos nós e depois está aqui outra verba com a aquisição de bens



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e serviços com dotação 17.500 Euros, e na qual já se gastaram 10.296,65 Euros. Para onde foi este dinheiro?

Em resposta ao **Senhor Deputado o Senhor Presidente da Mesa respondeu que a Lei determina que para pagar aos Revisores a verba sai pela conta da Assembleia.**

- **Deputado Paulo Tavares** – “ os Revisores ganham mais do que todos nós”.

Em resposta o **Senhor Presidente da Mesa** respondeu – “ esse montante está acumulado com verbas do ano passado”.

O **Senhor Deputado** questionou o porquê de ser a Assembleia a pagar ao que o **Senhor Presidente da Mesa** respondeu que o auditor depende de nós. A interferência da Câmara no processo limita-se a fazer o concurso nos termos legais.

Tomou novamente a palavra o **Deputado Paulo Tavares** e disse “ estou esclarecido.

Agora no mapa financeiro como é que surgiu isto: é coisa lana-caprina ou melhor resíduos sólidos, com uma dotação de 140 mil Euros, e com dotação actual de 180 mil Euros. Uma situação que é contínua de anos para anos como é que se faz uma dotação de 140 mil Euros e depois altera-se para 180 mil e na qual já se gastaram até aos dias de hoje ainda faltam 3 meses para o fim do ano, 150 mil Euros faltando ainda 3 meses até ao fim do ano. Isto é para o Senhor Presidente me esclarecer, é tudo.

- **Deputado Municipal Carlos Timóteo** - “ são três questões muito breves: A primeira diz respeito a uma iniciativa que a Câmara teve conjuntamente com o Exército Português e o Instituto Politécnico de Tomar relacionado com o Turismo Militar, foi uma ideia que nos pareceu muito interessante e o que queríamos saber é se já havia mais desenvolvimentos sobre esta iniciativa, se decorreram algumas reuniões e se é possível sabermos mais sobre esse projecto.

Outro assunto gostaria de saber o valor total da operação remodelação da Escola D. Maria II de Vila Nova da Barquinha, valor total apenas da Escola.

E ainda qual o valor do endividamento total da Câmara à data de hoje, dividas de curto, médio e longo prazo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agora apenas uma observação, obviamente concordo com o colega de Assembleia Paulo Tavares e recordando o trabalho do auditor externo que nos foi apresentado por altura das Contas de Gerência. É muito bem paga a empresa para o trabalho que faz é demasiado bem paga em comparação com a outra empresa que tínhamos e se me recordo a empresa Isabel Paiva, este trabalho é muito pior, tem muito pior qualidade é muito inferior inclusivamente estas observações que nos são aqui trazidas hoje é um discurso redondo, qualquer pessoa podia fazer. Aqui há qualquer coisa que acaba por ser curioso pelo que nos pelo é dado a conhecer nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir, é curioso é só”.

- **Presidente da Assembleia Municipal** – “ Devo dizer que em relação a esse assunto foi feito um concurso nos termos legais, mas também devo dizer, que eu próprio, não estou satisfeito com o trabalho desta empresa mas ainda não troquei impressões com o Senhor Presidente. Não se justifica serem-me entregues ontem documentos que não correspondiam nem de perto de longe à realidade desta Câmara. Tinham-se enganado nos dados. Recebi hoje os documentos rectificadados os quais ainda não tive tempo de os analisar e não estava cá quando veio o responsável pela empresa.

Eventualmente no futuro teremos que fazer outro concurso. Tenho que resolver esta situação com o Senhor Presidente da Câmara porque não estou nada satisfeito. Já tive a oportunidade de os chamar à atenção com o atraso que enviam os documentos. Têm que ser entregues atempadamente aos Senhores Deputados Assembleia e vêm sempre fora de tempo”.

- **Deputado Municipal Valter Caldeira** – “a minha intervenção para não variar vai novamente e quem me ouve nas várias Assembleias a levantar sempre a mesma questão até devem pensar que eu tenho alguma empresa de AEC's, desculpem estar a insistir sempre na mesma coisa, em determinada altura ao longo destas sessões tenho vindo a questionar sobre os concursos das AEC's, primeiro tentei saber onde é que efectivamente a Câmara Municipal era responsável. Compreendi que com a empresa Hobbyvida, não tido sido feito um concurso. Acho que é sempre positivo que o haja pois nessa altura os preços têm tendência a baixar, a concorrência é isso mesmo. Aquilo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que eu percebi, julgo que percebi bem, explicou o Senhor Presidente que tinha sido esta a única empresa a concorrer, não apareceu outra. Entretanto fui questionado e fui honesto com o Senhor Presidente e falei-lhe sobre empresas aquando deste concurso que poderiam concorrer. O senhor Presidente disse-me que realmente houve uma situação inicial que depois não se fez, mas possivelmente iriam fazê-lo e eu solicitei que o mesmo fosse colocado na página a sua abertura, para divulgação. Agora para meu espanto gostei, também da mensagem escrita do Senhor Presidente e que gosto sempre de ler, para conseguir aperceber-me que nós na Câmara de Vila Nova da Barquinha e em toda a área cultural, e não estamos a dizer com descrédito, temos as coisas a correr bem. No entanto lamento ver que o Senhor Presidente diz na sequência no relatório do Agrupamento passo a citar o que está escrito ” na sequência de relatório do Agrupamento de Escolas onde é referido o bom desempenho dos docentes das AEC’s, e conforme previsto contratualmente foram renovados, por mais um ano, os respectivos contratos e protocolos com a Hobbyvida e Associação dos Bombeiros Voluntários”. Eu já questionei estas avaliações que têm que ser sérias, sejam promovidas pelo Agrupamento ou por nós, devem ser sempre de alguma forma avaliação externa. Empresas a nível auditorial e conforme previsto contratualmente foram renovadas por mais um ano os respectivos contratos e protocolos com a Hobbivida e a Associação de Bombeiros, afinal não houve mesmo concurso, foi uma renovação de concurso. Mais uma vez solicitava ao Senhor Presidente que abrisse concurso para que de uma forma e nesta altura em que temos que poupar. Em tantos preços talvez aparecessem empresas, e eu não estou a dizer que possa acontecer, até podem vir empresas com valores mais altos mas pelo menos evitar este tipo de comentários.

Como eu disse ao Senhor Presidente na altura, até houve o convencimento que a Hobbyvida era da Câmara, eu expliquei que era uma empresa privada. Será que então no fim do ano vamos abrir o tal concurso para as AEC’s , eu conheço outros Agrupamento que fazem onde isto é feito e chegamos a ter diferenças nos valores mensais na casa dos 20” e 30% “.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**O Deputado Municipal Adelino Amaral** questionou a Mesa para se situar se estavam a falar do ponto um ou da Informação Escrita ao que o **Senhor Presidente** respondeu estarem a falar da Informação Escrita.

Continuando a sua intervenção o **Deputado Municipal Adelino Amaral** disse: “começo por perguntar e no âmbito dos trabalhos de beneficiação da rede viária ao abrigo do Protocolo de Cooperação com a EPE, onde se diz que já se fizeram alguns trabalhos, no que diz respeito à Praia do Ribatejo e falamos na Rua da Fontinha e na Rua dos Malmequeres, nas Madeiras. Mais uma pergunta já acabaram os trabalhos na Praia do Ribatejo ou vão continuar?”

Na requalificação do Jardim Público de Atalaia esta obra foi financiada pelo QREN?

Por ultimo e já que estou a falar de requalificação não é mencionado na informação a reconstrução do Parque Infantil da Praia do Ribatejo, e se este realmente se vai efectuar e se foi financiado pelo PRODER. Depois tenho uma pequena dúvida na revisão do PDM é possível ter conhecimento da proposta pela Câmara Municipal para a Junta de Freguesia de Praia do Ribatejo é que não temos conhecimento dessa proposta, se fosse possível gostaria de obter uma cópia”.

- **Deputado Municipal Paulo Constantino** – “ eu queria fazer esta intervenção especialmente para uma área que tem sido a mais envolvente deste Concelho, mas também nalgumas vezes a mais polemica, era essencialmente naquilo que mais está reflectido nesta Informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente que é precisamente o Parque de Esculturas que foi Inaugurado recentemente. Foi uma bela iniciativa onde temos várias esculturas de diversos artistas com bastante prestígio tanto no nosso País como Internacionalmente. Com efeito o Barquinha Arte é mais uma marca que se está a passar para as pessoas e uma marca que não deixou parar a Barquinha da mesma forma como também a BARQUINHA NÃO STOP não o deixará durante um certo período.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Desta vez o Parque de Esculturas e a animação também é um investimento bastante interessante, o que permite atrair aqui pessoas de vários pontos da região e também a vinda de outras regiões à Barquinha.

Este investimento é interessante, quer no Património que este Concelho adquiriu, quer da própria atracção em termos turísticos, o que atrai visitantes ao nosso Concelho. Era essencialmente o que queria dizer.

Noutro assunto no âmbito do PDM, foram referidos vários pareceres favoráveis e desfavoráveis, e pretendia um esclarecimento relativamente ao parecer da ARHTEJO que emitiu parecer desfavorável, por a proposta omitir aspectos fundamentais sobre as servidões e restrições de utilidade pública no que respeita ao Domínio Hídrico. Gostaria de obter alguns esclarecimentos sobre quais os pontos desfavoráveis ou os pontos em que existam ainda alguma falta de elementos acerca do PDM e se houver algum esclarecimento que agora possa ser prestado, afim que a Comissão da Assembleia possa haver um aprofundar desses pontos antes que o assunto do PDM venha à Assembleia.

**O Senhor Presidente da Mesa** respondeu ao Deputado que a Comissão está a acompanhar os trabalhos.

**Nesta altura o Senhor Presidente da Câmara foi convidado a intervir para dar satisfação às questões colocadas pelos senhores deputados no plenário:** “ começo pela questão do Revisor Oficial de Contas: Independentemente de o documentos poder ter algumas variantes, os Revisores têm um conjunto de terminologias, se forem ver o que está antes à certificação esta é pela negativa e diz que nada encontram relativamente a incumprimentos. Há outras no entanto que são pela positiva. Se fizerem uma consulta pela Internet irão verificar que os textos da certificação legal de contas são muito semelhantes.

Quanto ao custo do revisor estamos a falar de valor idêntico ao do anterior revisor na casa dos oito mil Euros mais o IVA.

O passivo actual que eu tinha referido e também na questão dos limites que foram enumerados em que o limite legal de endividamento foi ultrapassado em 31 de Dezembro do ano passado e como foi reconhecido quando da aprovação das Contas. Este facto deve-se, e vamos falar aquando do Plano de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ajustamento Financeiro, a uma concentração de investimento em que não é possível os investimentos do QREN dividi-los equitativamente pelo período do próprio quadro o que dá origem a um desajustamento que não é estrutural mas que é meramente conjuntural. Já tinha referido que o valor que estava em dívida, na casa dos doze milhões de Euros, tinham uma componente muito forte de subsídios e participações que tínhamos para receber, e portanto referi que o objectivo era pudermos chegar até final do ano com uma redução de quatro milhões de Euros relativamente aquilo que estava inicialmente. Essa redução está praticamente conseguida e já estamos na casa dos oito milhões de Euros em termos de endividamento. Como sabem o Revisor colocou uma reserva legal que tinha a ver com uma dívida já antiga de cerca de quatrocentos mil Euros, que tem a ver com o diferendo com a ADSE com a qual tínhamos uma dívida desde 1998. Pretendíamos pagar os meses actuais, e relativamente aqueles mais antigos não serem liquidados como por vezes fazem nos pagamentos feitos à ADSE. Aquilo que são também as indicações das EPO's que pretendíamos que fossem pagas e eventualmente esse valor até ao final do ano nós. Se o Revisor entender manter como reserva, iremos incorpora-lo na dívida, mas o objectivo que tinha aqui definido no início do ano é de podermos fazer aqui uma redução de quatro milhões o que corresponde a um terço dessa dívida.

Está praticamente conseguido e se algumas das candidaturas que ainda não estão aprovadas, que entretanto estamos a retomar a obra, e estou também aqui a responder a uma outra situação, nós temos duas candidaturas para as quais ainda não temos contrato e como sabem na questão dos Fundos Comunitários estes estiveram praticamente suspensos desde Fevereiro deste ano até ao mês de Agosto, em termos de aprovação de novas candidaturas.

Tenho o compromisso da CCDR Centro de que relativamente a duas candidaturas em que temos obra realizada, diz respeito à EN535, Estrada de Vale Seixo e à Encosta da Capela em que as mesmas serão aprovadas. Se conseguirmos verba até 31 de Dezembro relativamente a estas candidaturas conseguiremos com certeza ainda baixar este montante.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto às zonas de lazer que são bastante diversificadas, estamos a falar da EN3, estamos a falar do Parque Ribeirinho e de diversas urbanizações, Castelo de Almourol, grande parte das zonas verdes do Concelho e dado que como sabem, não tencionamos aumentar o número de funcionários, pelo contrário temos apenas um Jardineiro no quadro para todo o Concelho. A 30 de Setembro temos menos cinco funcionários do que a 31 de Dezembro do ano passado.

Sobre a SIRA e o CUR o que se fez foi um Protocolo de conforto no sentido de garantir a candidatura no âmbito do PRODER. Iremos acompanhar com as referidas associações e esperando delas também a capacidade de conseguir a receita para contribuir em termos líquidos para a componente nacional. É certo que iremos definir uma primeira verba para 2013, quando aprovarmos o Orçamento e somos e queremos ser um parceiro activo.

São oportunidades de reabilitação de edifícios e de associações importantes no Concelho que sendo financiados a 60%, tudo se fará para que as associações possam reabilitar as suas sedes e possam dar um contributo também à nossa Comunidade. Faremos os possíveis para as apoiarmos.

Relativamente ao Posto de Turismo houve um concurso publicado em Diário da Republica e cuja concessão não era exclusivamente a do posto de Turismo, tinha várias componentes. Quanto ao Posto ele só se irá efectivar no final das obras da reabilitação que o Centro Cultural vai ter.

Onde estamos neste momento esta galeria irá transformar-se numa zona administrativa para os serviços que estão à entrada do edifício do lado direito. Junto ao Parque quando entramos pelo Largo das Festas, toda essa zona ficará condicionada para a exploração do Posto de Turismo. Foi um concurso, que não é inovador, aliás retirámos esta ideia de outro concurso que consultamos relativos a Postos de Turismo. É também uma forma para abrir mais um equipamento sem que tenhamos encargos nomeadamente em questões de pessoal. Eu referi-o na Informação Escrita. Teremos as propostas nos primeiros dias de Outubro relativamente a esta obra e esperamos que até ao final do ano ela seja adjudicada. É uma intervenção de cento e vinte dias para os trabalhos neste edifício.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em relação à Iluminação Pública é uma situação que poderá ter algum reajuste nos relógios astronómicos. Neste momento todos os Postos do Concelho estão a funcionar já com os mencionados relógios, nós tivemos um custo e estamos a ter um aumento muito significativo em termos dos custos enérgicos durante este ano e isto vai com certeza obrigar a tomar mais medidas em 2013, ainda mais quando tudo indica que sejamos obrigados a fazer o concurso para a iluminação pública.

Já estávamos obrigados a fazer concurso em média e baixa tensão e média tensão especial, esse trabalho está a ser preparado pelos serviços. Vai também haver a liberalização em relação à Iluminação Pública. Verificámos um aumento muito significativo que também se deve à alteração do IVA, de seis para vinte e três por cento, estamos a equacionar varias possibilidades e alguma coisa vai ter que ser feito seguramente em 2013 até porque a dita liberalização segundo informações que tive há poucas semanas prevê-se que a Iluminação Pública leve ainda em aumento de doze a treze por cento em cima dos aumentos que já tivemos. Isto vai tornar de facto muito difícil esta gestão, aliás esta questão da liberalização a que todos estaremos sujeitos.

Recebemos uma carta em que se dizia claramente que as tarifas iam ser aumentadas sendo uma forma de estimular os clientes para saltarem para o mercado liberalizados. É de facto um eufemismo, é um assunto serio onde a tendência não será para ter mais horas mas sim menos horas e nomeadamente a iluminação fora de áreas urbanas será a primeira a ser diminuída porque assim o exige sob pena de se tornar completamente insustentável este custo.

Em resposta ao senhor Carlos Dias e em relação ao documento aquilo que eu esclareci é que existe um documento numa carta régia, não existe um foral, mas não desapareceu porque ele nunca cá esteve e essa foi a conclusão a que se chegou na altura. Em relação aos livros mais específicos é evidente que neste momento não estou em condições de responder, sinalizei estas situações porque neste momento não estou em condições de afirmar muito mais.

Quanto ao PDM fiz questão, pois pareceu-me oportuno, tendo em conta que sobre este assunto não falávamos há bastante tempo, de que com algum



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pormenor descrever e fazer um ponto da situação e isto para também dar a ideia do calvário que é fazer a revisão do PDM. Dar dezenas de pareceres das reuniões e foi essa a intenção de colocar aqui com algum pormenor os pareceres, que nalguns casos já não são os primeiros, nomeadamente os que aqui estão favoráveis e esta versão vai-se alterando e esperamos que possa de facto evoluir a partir de agora mais rapidamente sendo que há alguns assuntos muitos difíceis nomeadamente Comissão da REN, a Comissão da RAN, a questão dos aglomerados urbanos. A Administração Central tem indicações muito expressas para não permitir novas áreas urbanas e pelo contrário para diminuir os perímetros urbanos e portanto é todo um trabalho que vai sendo feito em que a Câmara está empenhada.

Sobre os resíduos sólidos urbanos, o motivo da alteração é o facto essencialmente do valor da dívida ter diminuído de forma significativa. Nós já estivemos um ano e meio atrasados e neste momento estamos a pagar mais ou menos à volta dos cento e cinquenta dias o que motivou que tivéssemos pago mais do que um ano. A pressão sobre a Resitejo é também muito grande e isso motivou da nossa parte um esforço em termos de recuperar aquilo que é a facturação corrente com a Resitejo e é esse o motivo do reforço.

Sobre o Turismo Militar o assunto é com as chefias militares, vamos conversando e penso que há também dentro da própria Instituição Militar uma sensibilidade cada vez maior para este assunto.

Nos próximos dias 20 e 21 de Outubro haverá mais um Colóquio em Vila Nova da Barquinha sobre este assunto. É um trabalho que se vai fazendo esperando que em devido tempo tenha resultados e conjugado com outros trabalhos que vamos fazendo dentro do âmbito do Turismo e no âmbito da Cultura.

A remodelação da Escola D. Maria II, julgo que o Deputado Timóteo questionou apenas o edifício: o valor anda em cerca de quatro milhões e cem mil e quatro milhões e duzentos mil, considerando os arranjos exteriores, todo o equipamento do interior e o envolvente. Nós temos uma candidatura que anda no total entre seis a sete milhões de Euros incluindo o Pavilhão Desportivo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Com todas as componentes julgo que vamos chegar à totalidade, havendo aqui valores ilegíveis e valores não elegíveis. Estamos a fazer um concurso de um Pavilhão, aliás como tinha informado, onde fizemos uma revisão de projecto e diminuimos de forma significativa o valor base que passou de um milhão e sete mil Euros para cerca de um milhão isso também irá determinar uma baixa de investimento global em termos da própria Escola mas é um assunto que ainda não está encerrado.

A questão das AEC's é uma questão complexa porque é difícil acertar. Nós já tivemos situações muito desagradáveis com outras Empresas nomeadamente ao nível do Inglês, onde quem de perto acompanha as AEC's se queixaram junto do Município e portanto é o próprio Agrupamento que faz dentro daquilo que é possível fazer e dentro da avaliação das AEC's, que aconselhou o Município no sentido de renovação, e quero dizer que às vezes a poupança sai mais cara, podemos diminuir dez ou vinte por cento nos custos mas depois temos uma imitação de AEC's. Felizmente nós damos importância a este assunto. Para nós não é apenas um período em que as crianças estão ali entre as 15h30m e as 17h30m na escola, tem sido muito mais que isso. Temos tido uma oferta diversificada e é reconhecido que em Vila Nova da Barquinha é dos bons sítios em termos de funcionamento das AEC's.

Os trabalhos com a EPE para 2012 estão concluídos tendo sido o que acordamos com a EPE..

O que é referido pelo Revisor dos constrangimentos a nível corrente não tem a ver com nenhum desequilíbrio, tem a ver com os constrangimentos que a Lei dos Compromissos e o seu cumprimento determina no próprio funcionamento da Autarquia. Portanto em Sede de preparação do Orçamento para 2013 teremos oportunidade de analisar se haverá a hipótese de alguns trabalhos que ficaram por fazer serem realizados.

Na Atalaia já referi que é um projecto do QREN.

A requalificação da Rua da Boucinha na Praia do Ribatejo naquele espaço entre a Escola está de facto aprovada pelo PRODOR, aliás na Informação Escrita têm um quadro de candidaturas aprovadas e onde o Concelho de Vila Nova da Barquinha aparece como o segundo Concelho embora em termos de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dimensão é dos Concelhos mais pequenos, mas que consegue cativar uma verba muito importante em termos de PRODER. Um desses é de facto o projecto da Rua da Boucinha, estamos neste momento a concluir os procedimentos para poder avançar o concurso e quero dizer que as coisas nos correram normalmente. Em 2013 este trabalho vai ser feito em relação à possibilidade da proposta preliminar ser do conhecimento da Freguesia da Praia do Ribatejo com toda a certeza que será disponibilizado e é importante que todas as Juntas de Freguesia participem. Por maioria de razão a Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo também tem aqui uma participação efectiva.

No que toca ao Parque de Esculturas julgo haver na informação escrita um pequeno resumo e que de facto foi um veículo de divulgação do Concelho muito importante. Importante também foi o programa de uma hora visto no Canal 2 por cerca de quinhentas mil pessoas, uma hora exclusivamente dedicada à Barquinha no Programa Câmara Clara, e tudo o que foi publicado nos jornais de referência, mesmo nos nacionais, penso ser um Projecto que pode e deve ser aprofundado e que tem um potencial muito grande. Tive a oportunidade quando da visita do Senhor Presidente da República o afirmar, este projecto, os seus efeitos não são mensuráveis na semana a seguir, no mês a seguir nem sequer no ano a seguir, mas este Projecto tem potencial por um lado associar de vez o que não acontece raramente e se associa a Castelo de Almourol a Vila Nova da Barquinha. Mas por outro lado isso aconteceu manifestamente durante este Verão e foram muitas as excursões ao Castelo de Almourol que passaram na Vila e portanto irá gerar uma dinamização. Não fosse de facto a situação económica catastrófica que vivemos em que é tão raro o investimento e estou convencido que teríamos já um conjunto de reabilitação urbana associada a este Projecto. Ainda assim no âmbito do PRODER estão projectos aprovados na zona baixa de Vila Nova da Barquinha que tenho a esperança que possam sofrer uma reabilitação e que estão inseridas na área do Turismo. Seria de facto muito bom e com certeza para a imagem de Vila Nova da Barquinha que nos últimos conseguiu e do qual o Parque de Esculturas foi um dos veículos principais.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Falando do parecer da ARHTEJO sobre o PDM, isto tem essencialmente com questões técnicas, considerou-se que nomeadamente a definição junto às linhas de água junto ao Rio merece uma maior pormenorização é portanto nesse sentido, julgo eu o parecer emitido ser desfavorável, tal facto já é do conhecimento da equipa técnica e em breve já haverá uma nova proposta para ultrapassar este parecer negativo. É tudo”.

**- Deputado Municipal Carlos Timóteo** – “ eu ia jurar que até à data de hoje que o Senhor Presidente era o único português que não se queixava da EDP, dado a relação privilegiada que tem com a Fundação da mesma. A Fundação precisa de dinheiro para financiar estes e outros tipos de actividades como seja o Parque de Esculturas mas nem o Senhor Presidente afinal, não há mesmo um único português que tenha simpatia pela dita Instituição e realmente toda a gente se queixa e com razão. É obvio que o Projecto é muito interessante e sem ironia eu digo como o Senhor Presidente ainda aforo referiu é uma catástrofe para a qual se caminha e eu espero que rapidamente possamos todos estar a discutir a Arte Contemporânea, discutir os problemas da obra da Escultora Joana Vasconcelos ou tormentas que a Escultora Ângela Ferreira tem com a Sociedade de Consumo ou outras coisas assim parecidas mas nos dias de hoje torna-se muito difícil não pensar que não seja o emprego, que não seja o corte de subsidio, o aumento disto ou daquilo, de facto os dias não estão propícios para outros tipo de desenvolvimento cultural e social. Mas o que eu queria referir em concreto dizia respeito ao Pavilhão Desportivo, no Documento do PAEL aparece aqui uma rubrica de sete milhões e duzentos mil Euros para a Escola e o Pavilhão, se a Escola custou quatro milhões e cem mil Euros fica aqui a haver uma folga de três milhões e cem mil Euros, considerando que os arranjos exteriores não serão assim tão elevados de facto só à que esperar que esse dinheiro seja canalizado para o Pavilhão, nós já aqui expressamos a nossa relutância em relação a isso. Eu hoje vou referi-lo em quatro pontos:

Primeira, não parte de uma necessidade expressa da população não há essa tradição aqui na Barquinha se nós virmos os números de estudantes da própria Escola não justifica e a construção deste tipo de instalação, justifica se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ele fosse remodelado e não derrubado, isto é quase um crime e isto resume o que se passou no nosso País nos últimos dez, quinze, vinte anos que é pedirmos dinheiro por coisas de que não necessitamos, é o que passa vamos destruir uma coisa para construir outra igual só porque não fica bem ali naquele sitio, é estranho. Temos também um historial que não é muito favorável temos um Centro Náutico que é subaproveitado, temos o Mini Golfe na Praia do Ribatejo, temos a ACCIAR, temos o BARQUIBICI que foi o que foi, temos o AQUAGYM a fechar ao sábado à tarde, quer dizer não conseguimos manter uma instalação com aquela qualidade a um sábado à tarde, porque não conseguimos ter funcionários mas vamos construir um Pavilhão de um milhão e meio de Euros, é estranho, é no mínimo estranho que o façamos.

Em terceiro lugar e nós tivemos oportunidade durante a ultima campanha eleitoral focar bem o desequilíbrio que havia em termos de investimentos entre a Sede de Concelho e as zonas mais afastadas, quer dizer os outros não têm um Parque Infantil e nós vamos renovar umas instalações porque não ficam bemol porque são maiores, eu muito sinceramente se eu morasse nessas zonas eu sentia-me um bocado ofendido e se as pessoas quando tomarem mais consciência fazem como nos outros sítios reúnem-se e tentam se calhar aproximar-se de outros Concelhos, porque conseguem organizar mais a vida deles do que no Concelho de Vila Nova da Barquinha e aqui lembro-me de uma celebre promessa que o Senhor Presidente fez na campanha eleitoral que foi obter um meio de transporte publico para as populações mais afastadas do Concelho.

Por último Senhor Presidente o Pavilhão que o Senhor quer construir já está construído está a dois Quilómetros daqui, tem muitas bancadas serve para toda a gente e nós podemos ter essa visão paroquial, a dois Quilómetros vamos construir exactamente o mesmo tipo de infra-estrutura que os outros construíram só que aquela é deles e esta é nossa, não podemos fazer isto, o País não permite estas coisas nesta altura do campeonato, muito sinceramente digo e tem sido esta posição aqui, esse Pavilhão já existe, esse Pavilhão está construído”.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Foi atribuída a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar os esclarecimentos solicitados, tendo em resposta: -----**

-----

“ quando o Deputado Timóteo referiu que esse Pavilhão já existia e quando havia outros que não tinham nada eu até julguei que ia dizer que esse Pavilhão já existia na Praia do Ribatejo, é que de facto aí existe um muito melhor do que o que existe em Vila Nova da Barquinha onde estão concentradas quase mil crianças no total que fica exactamente a meio daquele que vai ser o núcleo escolar de todo o Concelho. Dizer-se não há necessidade quando há grupos informais de Vila Nova da Barquinha e tentam alugar o Pavilhão do Entroncamento e não o conseguem porque os horários estão completamente preenchidos. Um Pavilhão que pretendemos ser escolar durante o período escolar e pretendemos que seja municipal durante o período de férias, nós não temos nenhuma instalação com dignidade para a prática do desporto, quando são os próprios professores de Educação Física que dizem que há um conjunto de actividades que não podem ser realizadas porque existe perigo e zonas interditas as escadas de primeiro andar tal não é a degradação do Pavilhão, quando não tem sequer balneários pergunto-lhe se caso tenhamos financiamento para o executar não se deve completar todo este Parque Escolar. O Parque Escolar não é só o Português, não é apenas a Matemática é também a Educação Física é também o Desporto que é um elemento fundamental, não faz sentido estar a dizer que temos infelizmente na Praia do Ribatejo, ele não tem muita utilização, mas até existem noutras Freguesias equipamentos muito melhores do que existem no Concelho, onde temos o que temos, na Sede do Concelho”.

**- O Senhor Deputado Paulo Tavares na sua intervenção referiu-** “ eu estive a ouvir o Deputado Timóteo e quase na totalidade concordo com ele, agora em tempo de crise as pessoas parece que têm mais necessidade de vincar aquilo que por vezes vão dizendo e as pessoas não iam ligando aqui está uma prova de algumas situações que vamos fazendo a pensar que até seriam as mais correctas. Agora com a crise nota-se que efectivamente se andou a esbanjar um pouco e que o dinheiro faz falta para outras coisas. Começo logo pela carta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

educativa e ainda bem que nós frisamos e somos contra a proposta que foi criada para o Concelho. Está implementada mas fico com alguma pena que algumas instalações na Praia do Ribatejo vão ficar ao abandono se nada for feito e depois temos um Pavilhão que até tem boas condições e que não utilizado pela Praia do Ribatejo, uma Freguesia que está completamente abandonada e onde se nota um para de actividades a todos os níveis, ora aqui está um erro de estratégia implementada no Concelho, esse erro tem responsáveis. Depois o Deputado Timóteo tocou num ponto fulcral, temos cerca de dez milhões de Euros em infra-estruturas escolares, excelentes, muito boas mas depois se perguntarem, eu às vezes custa-me falar nisto porque sou parte envolvida, sou docente no Agrupamento e depois isto tem segundas interpretações nós dizemos uma coisa e as pessoas interpretam de outra maneira, mas tenho que o dizer efectivamente gastou-se ali muito dinheiro e agora eu pergunto havia necessidade de gastar tanto dinheiro? Havia necessidade de chegarmos a este ponto da situação ainda não esta resolvida, está a faltar um Pavilhão para as nossas crianças fazerem actividade fisica. Efectivamente aí o Senhor Presidente tem razão. Eu pergunto com dez milhões de Euros não se conseguiram completar esse Pavilhão e depois termos uma Escola que só este ano é que foram colocados os estores, porque na altura na construção ficou sem eles? Depois falta mais isto mais aquilo, eu não vou dizer aqui porque sou parte envolvida e tenho informação privilegiada e isto dava pano para mangas mas dou um exemplo: o projecto inicial que eu vi, tinha uma zona para os professores estacionarem os seus veículos com um portão, que abria e fechava, foi alterado e agora ninguém, lá estaciona porque as pessoas têm medo de ser assaltadas, alterou-se porquê? Porque não há dinheiro? A Empresa faliu e depois veio outra. O elevador não funciona são estas as coisas que na altura deviam ser mais bem cuidadas. Agora temos um Parque e ninguém lá põe o carro e temos as pessoas a estacionarem em todo o lado e os pais a quererem deixar as crianças e não espaço para passarem, isto é um pormenor mal feito, mas há vários. Já agora vi um artigo de Constância a falar da má gestão do Centro Náutico ao que o Partido Socialista reagiu até parece que a Empresa é do Partido e depois vem o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Parque Almourol a justificar, Mas o Presidente da Câmara de Constância diz, tem razão passa-se o mesmo na Barquinha, aquilo está ao abandono, se está entregue a uma Empresa é favor de alterar porque assim não há razão para ter ali uma infra-estrutura que custou trezentos ou quatrocentos mil Euros, parta agora estar ali parada”.

### **PONTO Nº 3 – 1ª. Revisão Orçamental de 2012; -----**

Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar aos Senhores Deputados este ponto “ trata-se apenas de transferir o saldo corrente, o saldo transitado de 2011 para 2012, para que este possa ficar disponível no âmbito do cálculo dos fundos disponíveis, é apenas isso que está em questão mais nada”.

**Não se registando nenhum pedido de esclarecimento, O Senhor Presidente da Mesa submeteu a proposta à votação, tendo sido aprovado por maioria com quatro abstenções.**

A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta nesta parte, para efeitos imediatos.

### **PONTO Nº 4 – Autorização previa genérica para os Compromissos Plurianuais; -----**

**A pedido do Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para fazer a apresentação do ponto nº. 4 e esclareceu o seguinte:** “ com a entrada da Lei dos compromissos há uma tendência, aliás estava também no Projecto do Decreto-Lei abandonado pela maioria do CDS/PSD, de reforçar também os poderes da própria Assembleia Municipal isso não está sequer em causa aquilo que se verifica é que tendo a Lei entrado em vigor a 8 de Fevereiro já com o decorrer dos próprios Planos Plurianuais que são anteriores à própria Lei, verifica-se que por uma questão de funcionalidade e isto é uma recomendação, esta informação foi retirada com base de um modelo da ANMP e que tem estado a serem presentes nas varias Assembleias Municipais no sentido de poder haver uma autorização previa genérica, alias a Administração Central também utilizou este mecanismo em determinadas circunstancias e essas circunstâncias são referidas na informação, nomeadamente a assunção de compromissos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

plurianuais desde que eles resultem de projectos ou acções constantes nas Grandes Opções do Plano ou que os encargos não excedam o valor de cem mil Euros paralelamente e até porque e eu tenho que vos referir isto, a quantidade de legislação que tem saído ultimamente nos mais diversos âmbitos, nos mais diversos sectores, as dificuldades da própria interpretação e tudo o mais causou-nos um manifesto problema até que porque a Lei dos Compromissos é uma rotura em termos dos próprios procedimentos internos. Por uma questão de cautela anexam-se alguns contratos que entretanto foram feitos e viriam aqui a título de ratificação, sendo certo que aquilo que se está a solicitar é apenas esta autorização prévia genérica nestas duas circunstâncias dando conta A posteriori à Assembleia Municipal do uso desta autorização”.

Abertas as inscrições, registaram-se as intervenções dos seguintes deputados, senhores:-----

- **Deputado Adelino Amaral** – “ eu só queria chamar à atenção que aqui neste quadro há é mencionado obras na Freguesia da Praia do Ribatejo como exemplo o Jardim Infantil, a ETAR.

No uso da palavra o **Senhor Presidente da Câmara respondeu** ao Deputado Adelino Amaral – “ relativamente ao primeiro concurso ele não está ainda realizado, aqui estão mencionados os que foram realizados desde a Lei dos Compromissos até aos dias de hoje e carecia desta aprovação nesta Assembleia Municipal. Relativamente ao segundo é uma responsabilidade das Águas do Centro e não directamente da Câmara Municipal.

----- **Tendo sido colocada à votação do plenário o Ponto 4, foi deliberado por maioria com dois votos contra e quatro abstenções.**

A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta nesta parte, para efeitos imediatos.

**Usou da palavra o Deputado João Filipe para expor o seguinte** – “ a nossa votação contra deve-se ao facto da Lei dos compromissos, no Ponto dez nos esclareceremos melhor o assunto mas tem a ver com a Lei pois somos frontalmente contra.

**PONTO Nº 5** - Fixação da Participação no IRS para o ano de 2013; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Convidado a intervir o Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte** – “ se o Senhor Presidente da Mesa me permitir eu faria já a apresentação dos pontos cinco, seis, sete e oito, pela razão que todos se referem a Impostos Locais a apresentação seria em conjunto dado que é uma economia de tempo por os assuntos estarem interligados.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** colocou a proposta aos Deputados Municipais informando-os que faltavam sete minutos para a meia-noite. Colocada a proposta ao plenário a mesma foi aprovada por unanimidade dos presentes.

Posto isto tomou novamente a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos ----- “ quanto aos Impostos Locais aquilo que temos tentado valorizar é que haja uma continuidade e que na medida do possível haja uma logica do conjunto dos Impostos sendo certo também para além dessa continuidade nós somos confrontados com os mais diversos documentos e nalguns casos e felizmente que não é o nosso caso, a exigência de que os Municípios coloquem as taxas máximas, sendo certo que é penalizador e nós estamos a confrontar-nos com essa realidade. Tivemos um determinado imposto ao nosso dispor e dele abdicamo-nos pura e simplesmente, é nesse sentido que vêm esta proposta e ela consiste no seguinte, relativamente ao IRS e apesar de todo o contexto de dificuldade e emissão de receitas numa maior exigência em termos quer do procedimento, quer da autorização para a realização da própria despesa quer a questão dos fundos disponíveis. Aquilo que é a nossa disponibilidade, isto é aquilo que é a nossa receita que é 5% do IRS, a Administração Central fica com os 95%. Dos 5% que são receita do Município e é a nossa proposta é aquela que temos produzido nos últimos anos a esta Assembleia é de abdicar a favor dos munícipes de um valor de 10% e portanto abdicamos de 0,5% e aqui damos continuidade a algo que já tem alguns anos no Município de Vila Nova da Barquinha”.

O IMI é manifestamente o imposto que tem maior expressão, maior impacto sobre as pessoas, sobre os munícipes. Como sabem de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de Dezembro de 2011, os parâmetros as balizas sobre as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quais os Municípios podem decidir foram alteradas e vou falar aqui apenas dos imóveis que foram avaliados de acordo com o novo Código os que não são avaliados em primeiro lugar a taxa que hoje estamos a definir ela vai incidir sobre um valor irrisório de imóveis, as coisas estão a correr relativamente bem em termos de avaliação a 100%, mas seguramente há essa perspectiva de puderes estar numa percentagem muito elevada de serem avaliados relativamente àqueles que não o são. A política da Câmara tem sido sempre aplicar a taxa máxima que anteriormente era de 0,7 agora é de 2,8, penso que tem toda a lógica são imóveis que têm valores prediais extremamente baixos e se houver um caso que não tenha o valor predial baixo podem sempre solicitar que passe para a avaliação do novo Código e aqui há uma maior justiça em que todos estão a ser avaliados com a mesma base. Vou incidir sobretudo na análise relativamente aos imóveis aos que esperamos que ultrapassem 90% de imóveis, avaliação de acordo com o novo Código que antes tinha um abalixa, a Câmara decidiu entre 0,2 e 0,4 e nesta baliza nós definimos 0,35 isto é, estávamos 12,5% abaixo de máximo agora passamos para a baliza de 0,3 a 0,5 e já há um conjunto de Municípios que é chamado de desajustamento estrutural ou de saneamento financeiro ou por incumprimentos diversos que estão obrigados a aplicar a taxa máxima portanto a nossa opção foi apesar deste limite se ter movimentado para cima foi os 0,35, isto quer dizer que nós ficamos 40% abaixo do máximo. O mesmo imóvel nas mesmas circunstâncias com uma taxa de 0,35 ou de 0,50 passa a ter uma diferença de um imposto a pagar cerca de 40%, é uma diferença bastante significativa. Penso que esta continuidade que temos feito neste âmbito pode ser atractiva até porque ela me parece e pelas informações que tenho, ressalvo Barquinha e Constância, haverá uma quantidade muito grande de Municípios à nossa volta que terão a taxa máxima de 0,5.

Quanto à Majoração, saliento aqui que relativamente aos prédios degradados e o que temos feitos no fundo é afirmar o desvalor que o Município sublinha relativamente àqueles que têm prédios extremamente degradados e a Administração deve sinalizar isso, a Lei permite-nos ter um agravamento de 30% , é algo que temos feito ao longo dos anos e mantemos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na situação da Derrama temos tido alguma irregularidade, o ano passado nada tivemos, mas dentro desta logica de não agravarmos o Imposto mais significativo que é o IMI e tendo em conta também que a derrama vai incidir sobre Empresas com lucros, parece-me razoável que tenhamos este imposto que tem uma nuance relativamente aos pequenos negócios aqueles que têm uma facturação inferior a 150 mil Euros de a taxa ser de 0,25 abaixo do valor que é proposto para todas as restantes empresas. Como digo as empresas que estão em má situação que tenham prejuízo não têm incidência apenas incidem as que têm lucro e no confronto com a Administração Central sermos acusados de tendo ao nosso dispor não o utilizando”.

Neste momento falou o **Senhor Presidente da Mesa** para questionar o plenário pois já passa da meia-noite e existem duas alternativas ou se suspende a sessão e continuarem noutro dia ou continuaremos até que se esgotem todos os trabalhos. A proposta mereceu o acordo unanime dos todos os presentes

Aberto o período de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores:

- **Deputado Inocêncio Cruz** – “era para dizer o seguinte, eu estou com um problema de consciência grave se eu ando a dizer ao meu Governo Central que me anda a ir ao bolso por tudo e mais alguma coisa, a cortar aos 5% aqui e acolá, eu em consciência não posso promover um aumento neste Imposto Local. Eu sei que a Câmara precisa deste Imposto, eu sei que os que vão pagar são aqueles que estão já a pagar e já não sei de onde é que lhes tira mais dinheiro portanto é uma posição ingrata. Porque se eu hoje voto contra ao ponto a, b ou c, o Senhor Presidente diz-me, então como é que quer que eu financie as obras a, b e c, mas se voto a favor onde é que eu vou arranjar dinheiro para pagar estes impostos, porque eu também vou ter de os pagar.

O **Senhor Presidente da Mesa** pediu para interromper a intervenção para solicitar que identificassem os pontos da ordem de trabalhos nas posições para que ficasse tudo mais claro.

Continuou a sua intervenção o **Deputado Inocêncio Cruz** “ eu vou individualizar, em relação ao IRS o que tenho a dizer, por acaso achei estranho



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a solução que o Presidente da Câmara utilizou de que estão a fazer uma exigência para que se aplique a taxa máxima. Quem é que está? O Governo Central? Em relação ao IMI eu o não passado votei contra porque também tínhamos 0,35, lembram-se? O problema é que nós não estamos numa base zero, já estamos numa base em Almada onde eu vivo é mais caro, mas a verdade é que estamos num patamar um bocado complicado e ingrato. Eu gostava de saber quantas pessoas é que não estão a pagar o IMI, qual é o incumprimento, porque a verdade as pessoas que não tenham rendimentos não o vão poder pagar, nem às prestações de duas vezes por ano. Vai aumentar 10 ou 15 Euros por imóvel pois eu já não sei até que ponto nós vamos suportar esta despesa portanto eu estou muito dividido e sei que a Câmara precisa das verbas e sei que é com base nisto tudo que vem a basa do outro bolo. Mas também sei que quando alguém me perguntar lá fora o Senhor aumentou no IMI também é aquele que me vai fazer pagar, percebem a ideia, qual é o meu problema de consciência?

Sobre a derrama estava a dizer o Senhor Presidente que só pagava quem tinha lucros o ano passado não recebemos deus assim um estrondo tão grande ao Município, não sei.

A majoração, todos os anos desde que eu cá estou há sempre esta conversa, aqui o que é mesmo importante saber é qual é o incumprimento, se as pessoas não reconstróem é porque não têm dinheiro ou porque não querem mesmo se quisessem elas não tinham crédito para reconstruir se não têm uma coisa nem outra levam uma taxa de 3%. Vão vender, quem é que compra? Por tudo isto a minha consciência não está bem”.

- **Deputado Eduardo Oliveira** - “ eu comungo das ideias transmitidas anteriormente sobre este assunto. Naturalmente nós vamos votar ponto por ponto, esperamos que não haja confusões aqui”.

O **Senhor Presidente da Mesa** respondeu que as votações são separadas como é evidente.

- **Deputado Eduardo Oliveira** – “ sobre o IRS mantem-se a situação anterior eu sei como votei na última vez. O Senhor Presidente disse aqui há quarto ou cinco anos iremos baixar o IMI para compensar as pessoas e neste momento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos julgo que todos não passam muito bem o que nós vamos verificar é o aumento brutal da receita do IMI mesmo com 0,35% como é proposto e que é igual ao ano anterior, eu percebo as necessidades da Câmara mas eu quero vos dizer pelo que eu ouço dizer às pessoas que tinham recebido das Finanças a avaliação feita a mesma triplica, quadruplica e com conhecimento real meu, mesmo com a redução de 0,8 para 0,35 o aumento é brutal, só não será tão brutal porque a Lei não permite que no primeiro ano se pague mais do que a aumento de 75 Euros. Não tenho dúvidas que o aumento vai ser substancial para os prédios rústicos diremos entre aspas e sem menosprezar de que tem quiser e ache muito 0,8 peça a avaliação para 0,35. Concordo com o Senhor Presidente que a maioria das habitações efectivamente vão ser avaliadas mas há uma grande parte nomeadamente no que respeita aos loteamentos não vamos ser avaliados e vão sofrer um aumento de 10%, todos sabem certamente não vão ainda ser avaliados.

Sobre a Majoração já falei varias vezes, eu já disse aqui em há varias Assembleias primeiro comecei por dizer que não concordava porque vinha só a zona baixa da Tancos e Barquinha, felizmente agora já abrange todas as Freguesias, foi um bom trabalho o levantamento, mas é o mesmo problema o porquê de não fazerem as obras? Já se podia ter avançado e saber isto. Outra questão é que nós poderíamos e deveríamos saber qual o valor dos prédios avaliados e o valor dos não avaliados para sabermos como era a estrutura do pagamento.

Em relação à derrama num período mau, apenas isto as empresas que ainda vão dando emprego isto é capaz certamente de não os afectar dirão os que são a favor da derrama. Eu vou ler o que o Senhor Presidente disse há um ano sobre a derrama “dado o actual contexto económico e dado que proporciona uma receita baixa não faz sentido a sua aplicação neste Concelho” foi dito há um ano, será que as empresas estão melhores passado um ano? É tudo”.

- **Deputado Nuno Gameiro** - “chegou a altura de referir aqui alguns aspectos e de alguma forma condensar um conjunto de informações, muitas vezes quando se faz uma análise parcial desvirtua-se a realidade, lembrar primeiro por força e por parte do executivo camarário e a bancada que se estende ao



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivo qual era a estratégia definida para este Concelho. A estratégia versava em três pilares essenciais: educação, turismo e desenvolvimento, pode-se criticar, pode-se discordar num período como este de determinado tipo de investimentos perfeitamente legítimo, aqui a questão que se prende é até que ponto o caminho que é traçado é um caminho correcto e nos perante as dificuldades nos devemos adaptar a ele mas sair dessa linha de rumo e com base nesse contexto alguns de nós pudemos estar em desacordo. Eu por exemplo defendo mais do que nunca a manutenção destes três pilares, essenciais, não sabemos se os seus resultados vão demorar cinco, dez ou quinze anos mas que eles são o único caminho possível ninguém tenha dúvidas sobre isso e temos que em função da conjuntura, em função dos problemas que nos vão colocando temos que tê-los em cima da mesa. Quando se falou na questão da educação e obviamente pode sempre discutir-se se um Centro Escolar é muito caro agora os investimentos em educação, têm retorno e desde sempre foi uma bandeira do Partido Socialista neste Concelho, a educação. Há um aspecto aqui que é indelével que é reconhecer que no Concelho de Vila Nova da Barquinha tem sido feita uma grande aposta na educação e nós sabemos se calhar por isso as contas reflectem-se, o retorno não é imediato vai demorar muito tempo. Já não posso falar muito mais já quase que ultrapassei o meu tempo e já não vou desenvolver o tema do Turismo deixo para outra altura, nomeadamente a questão do Parque de Esculturas. Mas não posso deixar de referir a derrama que é um imposto que está em causa e voltar antes um bocadinho atrás quando se diz, temos que ver qual a margem de manobra que uma Câmara Municipal tem, é preciso perceber que houve um conjunto de decisões relativamente recentes que disseram que estes impostos como é o caso do IRS passam para a alçada das Câmaras é preciso perceber que por exemplo houve uma quebra de transferências do Estado para os Municípios. Houve também uma transferência de competências que não foi acompanhada das devidas competências financeira e este desequilíbrio todo que faz com que os Senhores Presidentes de Câmara alguns melhor outros pior, andem à procura de um novo modelo de financiamento certo e ajustado para a situação e o que eu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quero dizer com isto? Quer dizer numa forma geral, é o discurso fácil dizer que todos somos contra impostos, é verdade que sim, o que eu digo é que sou a favor do desenvolvimento económico e com base nesse desenvolvimento é que se pode trazer mais receita e não com bases nestas espirais todas que o PSD tem andado a desenvolver nestes últimos anos, mas isto para dizer que de uma forma geral concordo com a filosofia que a Câmara está a implementar nos vários impostos, permita-me Senhor Presidente discordar apenas no que diz respeito à derrama porque obviamente estamos numa fase em que sendo difícil para o contexto económico das empresas nós temos que nos tornar cada vez mais um Concelho atractivo para captar novos investimentos, obviamente que isso pode ser um factor de selecção de uma empresa se radicar no Concelho de Vila Nova da Barquinha. Numa forma geral concordo com tudo excepto com a derrama”.

- **Deputado Municipal João Filipe** - “ o Deputado Inocêncio está hoje a atravessar um momento forte e de facto gostei da intervenção da parte dele porque revela também alguma preocupação. São situações preocupantes de hoje em dia, de qualquer maneira nós diremos que com todas estas preocupações que temos que até iremos favoravelmente, isto sabendo que mesmo aqui a tal diferença principalmente nos avaliados 0,5, isto vai pesar nos bolsos, sabendo que o Governo se prepara para mexer nesta matéria e que deve vir no Orçamento de Estado, porque está no que foi acordo negociado com a Troika e portanto isto vai criar situações muito complicadas. Vai haver aumento como se diz, estamos todos de acordo mas vão-nos dar cabo dos bolsos.

A questão do IRS, nós vamos votar contra porque de facto nós de principio nunca foi de acordo que as transferências que por acaso se estão a falar e muito bem, foram tirados dinheiros à Câmara e é preciso lembrar ao Deputado Nuno que quem fez isso o Antonio Costa que fez esta Lei e que passou o IRS que foi bastante contestado na altura, o António Costa que se saiba até ver é do Partido Socialista e portanto o que se passa é que nós não concordamos com isto, é dinheiro de facto que se tira às Autarquias e não é por aqui embora querendo até se possa entender o bondade da Câmara aparentemente dá-se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

meio por cento às pessoas, pensamos que em sede de IRS isto não era em termos dos rendimentos mais baixos alterar alguma coisa?

- **Deputado Municipal Adelino Amaral** – “o que queremos realçar é que em relação aos prédios devolutos degradados, pensamos que a lista é muito diminuta em relação à Praia do Ribatejo. Há muito mais do que está nesse quadro que estão só uma dúzia talvez haja o triplo”.

- **Deputado Municipal António Pereira** – “eu ouvi aqui política do Governo e nós estamos aqui a discutir política da Câmara porque é essa que nos interessa porque a Câmara tem que se cingir às Leis que existem e dentro da legislação que existe pensamos nós que a Câmara talvez pudesse agir de outra forma e neste contexto está muito difícil para os Portugueses porque eu comungo de todas as ideias que foram ditas mais ou menos relacionadas com as dificuldades que vivemos e também por outro lado as necessidades de financiamento das Autarquias só que aqui o Deputado Timóteo disse e muito bem que há alturas que há certos investimentos que poderiam ser dispensados em certas alturas embora concordemos com eles mas não no momento em que eles ao realizados. No caso do IRS as razões que o Deputado Nuno Gameiro disse em trazer para o Concelho disse-o em relação à derrama, mas também prevalecem as mesmas em relação ao IRS, porque se o Município enfim descer essa percentagem, isso também é um atractivo para trazer pessoas para cá é ou não é verdade? Isso poderia ser equacionado embora seja difícil saber os que mudaram para cá. Mas eu queria falar quanto à derrama isto vai dar de facto uma receita reduzidíssima o que não foi dito aqui é que se calhar, compreendo é que este dinheiro da derrama é para dar cobertura a um empréstimo que a Câmara quer fazer para pagar dividas a terceiros penso eu que sim. Que é isso e de certa maneira como é para pagar dividas algumas delas possivelmente já remontam a 2009 e de certa maneira nós também concordamos pelo menos eu concordo que se arranje maneira de reforçar, é só”.

- **Deputado Municipal Paulo Constantino** – “queria referir o seguinte, em relação ao IRS aquilo que me pareceu é que vão manter as condições que existiam dos anos anteriores e a política que tem sido seguida é a Câmara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazer alguma devolução, de prescindir de parte do IRS dos seus Municípios. O IMI efectivamente tem as taxas que permitem incentivar as pessoas considerarem a avaliação das suas casas. Há aqui uma injustiça fiscal que tem andando a durar muito tempo é que existem casas por reavaliar por todo o País e não ter sido possível por falta de meios fazer uma reavaliação completa e que estará agora a terminar nalguns Concelhos, é importante que haja agora uma justiça fiscal incentivando com estas taxas a Câmara substitui a Administração no sentido de incentivar a reavaliação, agora terá impactos negativos no bolso das pessoas em que a reavaliação faz com que o valor da casa passe para cinco vezes o que era na actualidade e se uma família não estava a considerar esses valores na sua despesa corrente efectivamente é algo desproporcional que de repente incide sobre o seu orçamento familiar, mas efectivamente há justiça fiscal nesse aspecto. Relativamente à questão da derrama rendeu em 2011 zero, em 2012 rendeu zero por isso parece-me que não havia a necessidade talvez de se impor a derrama no ano de 2013 porque vai render efectivamente zero, de acordo de como esta a economia. O rendimento previsto para 2013 da derrama será zero, só por esse motivo é que eu penso que não valia a pena ter sido invertida a política da Câmara, porque eramos dos únicos Concelhos, somos poucos, nesta zona que não tinha derrama, manter-se a situação ou alterar-se é importante que fique claro a taxa da derrama para as empresas não vai ser muito diferente porque o valor a cobrar em 2013 será igual ao 2011 e 2012, não há impacto nenhum sobre a empresas. A única questão e tinha um efeito na expectativa de empresas que se venham cá instalar e se as mesmas tiverem um situação financeira sã, só assim terá efeitos e impacto, poderia ter sido evitado a poderíamos manter-nos na lista dos Municípios

sem derrama.

Tomando a palavra, o **Senhor Presidente da Câmara Municipal** prestou os devidos esclarecimentos. -----

“ Relativamente ao incumprimento do IMI, nós não temos elementos, aliás nós temos poucos elementos sobre a forma como as coisas são feitas, sobre a própria tributação e é preciso dizê-lo que vamos partir para o ano de 2013



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

completamente às escuras. Isso vai também dar origem, na intervenção inicial não vos informei, neste momento em determinadas reuniões tem sido dada a informação, alias eu próprio conheço alguns casos de imóveis cujo ano de matriz seja à volta de 1997/1998 até 2003 e há muitos, podemos estar a falar de uma percentagem dos 70% em que o imposto inclusivamente vai baixar, portanto as coisas não são assim tão lineares, alias isso tem acontecido há pessoas que vão às Finanças entregar o Modelo Um para passarem a estar de acordo com o IMI e essa percentagens é tanto maior quanto se aproxima de Novembro de 2003, que é o momento a partir do qual os prédios passam a ser avaliados de acordo com o CIMI, porque baixando a taxa para metade ou menos de metade e não duplicando o valor da matriz, nesses casos em regra os prédios já estão avaliados de acordo com o preço de mercado mesmo que suba o valor do imposto a pagar desce portanto os elementos que existem são relativamente baixos e há inclusivamente um conjunto de prédios que com toda a certeza vão descer o valor, nomeadamente estes vão incidir sobretudo nestes seis anos que por acaso no nosso Concelho coincidem com seis anos de construção que é relativamente significativo. Há também uma informação a dizer que os prédios que estão em urbanizações não são avaliados isso não é verdade, eles estão a ser avaliados e aliás são nestes casos que se acontecer o que eu aqui referi.

No caso da majoração não vale a pena discutirmos mais isso, mas na maior parte dos casos e nos anos anteriores eu direi que sobre o valor que incide até se riem e há casos aqui gritantes de autênticas ruínas, de casa com 60/70m<sup>2</sup> no total que já nem são casas nem sequer têm tecto e às quais os proprietários pedem dezenas de milhares de Euros. Sobre estes casos é preciso a Administração fazer o seu juízo e se considera que isto é adequado, no mínimo as pessoas riem-se destes 30% porque de facto quando a base é tão baixa 30% não tem significado. A partir do próximo ano há tendência a ter mais significado e talvez as pessoas também se aproximem dos valores de mercado para que os bens possam ser reabilitados e isto porquê? Porque nos casos elas deixam de ser avaliadas como tal mas passam a ser avaliadas como se lá nada existisse, passam a ser lotes para construção e portanto tendencialmente será



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a ter outro valor que até aqui e como digo era meramente simbólico, era a indicação de um desvalor relativamente a uma conduta de um proprietário. Se conjugarmos o facto das matrizes/prédios que vão descer e aqueles que vão subir apenas setenta e cinco Euros estão longe de estar certo haver aqui um grande aumento em termos do valor global do Município e falou-se de facto aqui se as coisas tivessem corrido normalmente e o valor global dos Impostos Municipais tivessem subido mas podem verificar pelos anos que aqui são indicados, basta dizer que já tivemos anos só do IMI tivemos duzentos mil Euros e no conjunto de Impostos infelizmente com a inflação e tudo mais, o conjunto de Impostos não tem subido e alias relativamente antes de 2007 desce com algum significado.

Por ultimo gostaria de dizer quanto à derrama há aqui uma alteração não o ano passado mas há pouco tempo, a derrama incidia sobre a colecta, agora incide sobre o lucro tributável o que é diferente e tem consequências diferentes portanto nesse sentido é preciso também dizê-lo os municípios quando falam com a Administração Central são apontadas a dedo de que não podem exigir verbas para a Modernização Administrativa, não podem exigir mais verbas para a Acção Social, quando aquilo que são os recursos que estão à sua disposição não os utiliza, a partir deste momento esse argumento deixa de existir eu não tenho expectativas de que 1,5% do tributável de Vila Nova da Barquinha vá alertar as circunstâncias mas como também nada vai alterar deixa de existir esse argumento e estamos também em condições para reivindicar para o Concelho de Vila Nova da Barquinha”.

- **Deputado Inocêncio Cruz** - “ eu queria dizer ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimento que muitas vezes os setenta e cinco Euros que há de aumento já vão fazer a moessa, vão fazer a diferença só isso”.

**Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto nº. 5 à votação do plenário, tendo sido aprovado por maioria, com dois votos contra e cinco abstenções.**-----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto nº. 6 à votação do plenário, tendo sido aprovado por maioria, cinco abstenções.--**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto nº.7 à votação do plenário, tendo sido aprovado por maioria com cinco abstenções.-----**

**Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu o Ponto nº. 8 à votação do plenário, tendo sido aprovado por maioria, um votos contra e seis abstenções.**

A acta em minuta foi aprovada por unanimidade para efeitos imediatos.-----

- **Deputado Paulo Tavares** – “ Senhor Presidente, há pouco não me deixou falar é para dizer o seguinte a bancada do PSD abstêm-se em todos os pontos dado o adiantado da hora e dado o tempo para discutir em pormenor todos estes pontos, não é o apropriado e dado o cansaço, é tudo”.

Tomou a palavra **o Senhor Presidente da Câmara** – “ eu peço autorização para apresentar em conjunto os pontos nove e dez. Permitam-me que inicie a apresentação deste ponto recordando que na Assembleia Municipal de trinta de Abril do ano de 2009, estávamos então na fase inicial em que tínhamos planificado todos os investimentos do QREN, foram solicitados seis empréstimos para a Escola Ciência Viva, Pré-primária de Moita do Norte, para a EN3, para a Atalaia, para o Centro de Ciência Viva, e para o Mercado das Artes, tendo na altura a Assembleia Municipal autorizado a Câmara Municipal a contratar empréstimo no valor de três milhões e vinte e cinco mil Euros.

Vicissitudes diversas e sendo certo que realizamos todos os projectos ou estão em realização todos os que apresentamos à Assembleia Municipal de trinta de Abril. Desta autorização fizemos um contrato a vinte e oito de Setembro de 2009, utilizando apenas um milhão oitocentos e dez mil Euros. Houve aqui um valor de um milhão e duzentos mil Euros que apesar de terem sido autorizados pela Assembleia a Câmara e que por motivos diversos, como sabem, foram-se alterando as circunstancias passando a haver o excepcionamento em termos de dívida dos empréstimo, os vistos do Tribunal de Contas etc. Nós realizamos toda a obra mas não utilizamos na planificação que foi feita todo o capital, é nessa circunstância que decidimos aproveitar esta oportunidade. Como sabem o crédito bancário está praticamente vedado aos Municípios e no último ano tem sido raros os Bancos que têm feito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empréstimos aos Municípios. Temos agora uma oportunidade de transformar alguma dívida de curto prazo numa dívida de médio e longo prazo, é evidente que daqui derivam um conjunto de obrigações nomeadamente a realização dum Plano de Ajustamento Financeiro. A lógica do Plano é apresentar a seguinte situação: a dívida do Município é devida, não a nenhum desajustamento em termos estruturais, não há aqui nenhum, nada disso o que se passa é pelo contrário, nós temos canalizado receita corrente para investimento. É a realidade de um pequeno Município que concorrendo aos Fundos Comunitários não tem a possibilidade, pela forma que os Fundos Comunitários são apresentados, de distribuir equitativamente pelos sete anos do Quadro Comunitário os diversos investimentos, portanto aquilo que acontece é que apenas em três anos temos a incidência de mais de 80% daquilo que vai ser o investimento apoiado pelos Fundos Comunitários e portanto havendo uma concentração em três anos de todo esse investimento, existe aqui um desequilíbrio conjuntural.

Como vos referi, nestes últimos nove meses já conseguimos recuperar praticamente quase quatro milhões de Euros, esse é o motivo do desajustamento, e é esse o motivo que não faz sentido, ao contrário daquilo que tem acontecido na maior parte dos Planos de Ajustamento Financeiro que estão a ser aprovados noutros Municípios, de estarem a colocar por exemplo as taxas máximas em termos de imposto.

aquilo que nós dizemos é que no próximo ano nos propormos a uma redução de 50% no investimento o que acontecerá naturalmente, tal como aconteceu em 2007 e em 2008, quando tivemos um pico muito grande no 3º. Quadro Comunitário de Apoio.

Durante os anos de 2003, 2004 e 2005 foram anos fortes em que fizemos grandes investimentos de reabilitação urbana, de regeneração urbana, Parque Almourol e tudo o mais e depois durante os dois anos seguintes, de alguma forma melhoramos aquele desequilíbrio conjuntural. É esta a lógica que apresentamos e este é o efeito principal para quem analisou este Plano. Vamos reduzir o investimento até que haja o completo equilíbrio e sendo também o que de alguma forma estava na nossa planificação. Além desse facto e em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termos correntes nós apresentamos apenas, isto é uma obrigação do ERSAR, um reforço da taxa de saneamento portanto a taxa terá necessariamente que ter alteração em 2013 e o que nos propomos também é com um objectivo que temos ao nível dos custos enérgicos haver uma redução de 15% durante o ano de 2013.

É um objectivo que a confirmar-se uma subida de 12 a 13% da Iluminação Pública, vai ser muito complicado.

Queria também dizer-vos, e pedir-vos desculpa porque tem sido em processo muito complexo e a Portaria saiu à relativamente pouco dias, foi-vos apresentada uma errata do Revisor que fez uma interpretação diferente daquela que nós tínhamos feito. Estávamos a colocar todas as facturas com data até 31 de Dezembro e o que a Lei diz é diferente. A Lei diz que são elegíveis todas as facturas que em 31 de Março tenham mais de 90 dias após a data de vencimento, isto é facturas de Novembro ou Dezembro, que por exemplo tivessem 60 dias para pagamento, não têm a 31 de Março 90 dias de atraso após o seu vencimento e isto gerou que em vez do valor inicial, que estava no quadro dois, de um milhão e cinco mil Euros se tivesse alterado para um valor de novecentos e trinta e nove mil Euros e que originou que um conjunto de facturas fossem retiradas.

Também me vez de solicitarmos 90% do valor elegível, ou seja em vez dos novecentos e cinco mil Euros estávamos solicitar oitocentos e quarenta e cinco mil Euros.

Para além disso tivemos uma informação muito recentemente, embora o valor dos juros sejam alterados diariamente, mas pela última informação da ANMP, nós muito possivelmente teremos uma taxa em torno de 2,7%. Fizemos os cálculos para 4,8% e portanto esse facto gerou algumas alterações.

O que eu propunha a esta Assembleia é que aprovassem o Plano de Ajustamento Financeiro com base nestas premissas, de aprovar a autorização para podermos concorrer ao PAEL pelo valor indicado de oitocentos e quarenta e cinco mil Euros, é tudo”.

Abertas as inscrições para as intervenções inscreveram-se os seguintes deputados:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Deputado Municipal João Filipe** - “ vou tentar ser breve se bem que este ponto é extremamente importante. Já na última Assembleia aflorei um pouco sobre isto um pouco por cima da rama de qualquer maneira hoje não vou registar muito tempo mas penso que esta Lei e este Programa de Apoio à Economia Local é de facto bastante perigoso para as Autarquias e pode originar situações muito graves. Duvido bastante que esta Câmara não se esteja a meter numa camisa de onze varas e até porque havendo eleições para próximo ano, não estejamos a arranjar para os vindouros ou para quem vem a seguir um problema complicado. Neste momento gostaria de ler uma declaração de voto relacionada com este ponto. **(Anexo 5)**

Depois de apresentar a declaração de voto o Senhor **Deputado João Filipe** continuou a sua intervenção: “eu queria dizer também que esta situação no próprio seio da ANMP foi uma situação que de facto também não foi pacífica. No próprio Conselho Geral há vinte e três votos a favor, dez contra e vinte e seis abstenções, portanto são Leis que irão fazer correr muita tinta, mas a visão que eu tenho e a nossa bancada e aqueles que estão connosco no nosso Partido a visão que têm é que isto é extramente gravoso e pode pôr em causa o encarecimento das taxas e vai pôr muito em causa as populações e a sua qualidade de vida porque quem vai pagar isto tudo, irão ser as pessoas”.

- **Deputado Municipal Antonio Pereira** – “nós temos aqui lutado bastante contra o endividamento da Câmara e temos feito notar isso, mas não vamos votar contra porque efectivamente este empréstimo destina-se a pagar a credores e como tal pensamos que não há razões para que neste momento contrariarmos a proposta da Câmara”.

- **Deputado Municipal Inocêncio Cruz** – “eu agora fiquei preocupado com aquilo que disse, há meandros que eu não domino, mas a verdade como dizia o Senhor Pereira e o Senhor Presidente da câmara nós temos mesmo que pagar isto não é? Não temos por onde pagar e tendo em conta a contrapartida que vamos dar é na baixa de investimentos. São oitocentos e quarenta e cinco mil Euros, é isso, estou muito dividido nesta situação porque também não consigo decidir”.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Deputado Municipal Eduardo Oliveira** – “ já todos percebemos que esta situação é um pouco complicada muitas duvidas existem e efectivamente este empréstimo no fundo trata-se de um empréstimo, é pena que não venha acompanhado do pagamento, pelo que eu li, começa-se a pagar logo de seguida há um período de carência é a leitura que fiz e que poderia ter vindo acompanhado de quanto é que ficávamos a pagar mensalmente. De qualquer maneira como já disse o Senhor Pereira eu também não vou votar contra porque eu vejo aqui facturas de 1998 e alguns valores irrisórios em que o Município que está em débito. Parece-me um bocado confuso, algumas facturas são de valores tão diminutas que me chocaram, agora pelo que eu vi também não sei se é bem assim porque há dois programas julgo que é o segundo programa pelo que eu vejo aqui e também não percebo mas tem que haver um interlocutor, gostaria de saber quem é que vai ser. Depois verifica-se que o Município além disso vai aumentar a taxa de saneamento gostaria de saber, já deve estar estudado qual vai ser esse aumento e qual é o valor. A outra situação, diz o Senhor Presidente, que temos de diminuir a despesa corrente terá que se fazer a diminuição dos custos de energia mas disse que era quase impossível porque ela vai subir bastante e eu ainda não consegui perceber será que a Câmara tem alguma receita em relação às redes eléctricas, se tem qual o valor se não tem, porque não tem? Porque efectivamente todos receberam uma carta em que um dos custos da electricidade é agravado pelo pagamento às Câmaras Municipais, eu tenho aqui a carta que me enviaram e todos receberam que diz rendas pagas aos Municípios, então o porquê disto? Vamos receber uma tranche e gostava também de entender neste programa são só duas tranches uma de setenta e uma de trinta, quando é que elas são recebidas? Outro assunto que aqui se refere são os regulamentos de controlo interno que a Câmara vai ter que actualizar, todos os regulamentos. Mas como eu digo depois de ver o valor das dívidas não teria coragem de votar contra e pudesse vir a ser acusado que não se pagam e são verbas tão diminutas e a tantas empresas, mais não digo”.

- **Deputado Adelino Amaral** – “ queria mencionar dois pontos. Um deles é a dificuldade que tenho em conseguir ler alguns destes quadros destes mapas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O outro é naqueles que eu consigo ler e não verifico em nenhum, o nome da Freguesia da Praia do Ribatejo a nível de investimentos, é a minha observação”.

No uso da palavra o **Senhor Presidente da Câmara**, deu os esclarecimentos solicitados, que a seguir se transcrevem:-

“ Respondendo ao Senhor João Ricardo discordar apenas da referencia que é feita à taxa de juros, é evidente que nós temos empréstimos contratados a taxas muito baixas, mas a situação destes últimos três anos alterou-se de forma muito significativa e o de facto apesar de estas obrigações do Plano de Ajustamento Financeiro, obrigar também trazer trimestralmente este assunto, alias em todas as Assembleias Municipais. O desenrolar do próprio Plano passa a ser um anexo que vem junto à informação escrita.

Também há uma serie de obrigações, mas de facto ainda assim é atractivo pois por um lado temos credito disponível. A taxa de juro no contexto actual é bastante boa, porque 2,7% no total o que equivale ao spread de 0,15, desse ponto de vista não concordo com a declaração relativamente à taxa de juros.

Respondendo ao Senhor Inocêncio, além de ser avaliado nós estamos a fazer uma candidatura, se o confronto daquilo que nós vierem dizer for de que teremos que aumentar nomeadamente ao nível de impostos. É por esta razão que um conjunto de Municípios estão a colocar as taxas máximas justamente para que o seu Plano de Ajustamento Financeiro seja aprovado. Se for isso a que nos disserem, iremos desistir e isso é um ponto assente. É evidente que nos fará falta, pois como vos referi ouve um planeamento e nós ficamos dos três milhões que esta Assembleia autorizou em apenas um milhão de oitocentos mil e tendo realizado estes investimentos não há milagres. Existem dois ou três pormenores, que não têm peso neste planeamento, que se faz há catorze anos que são a derrama, o saneamento e os custos energéticos, penso que o devíamos fazer. No tocante ao saneamento o ERSAR tem pressionado os Municípios e é natural que seja também um acto normativo que obrigue a fazer repercutir na factura os custos que temos e que trará um compromisso à volta de onze mil Euros por mês apenas em termos de saneamento e que teremos que fazer repercutir boa parte dessa factura o que quer dizer que em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termos da taxa de saneamento ela terá que subir. Deverá aproximar-se-á com certeza em termos médios dos três Euros em termos de taxa. Para que este valor seja parcialmente conseguido relativamente às questões que foram colocadas qual o valor do PAEL. Peço desculpa porque de facto isto é de uma leitura quase impossível, como disse o Senhor Adelino Amaral, mas no quadro número um podem ver aquilo que era a projecção que está sobrevalorizada porque estava com o cálculo de uma taxa de 4,7% portanto será ligeiramente menor, andar-á na casa dos quarenta mil Euros por ano, é este o valor que ao longo dos catorze anos irá gerar em termos de pagamento resultantes do PAEL.

O que é que nós recebemos da EDP? Vamos lá ver, o que nós conseguimos há uns anos atrás com o valor da concessão dos Municípios à EDP, esse valor tem sido um valor constante com o qual conseguimos pagar toda a iluminação pública e um boa parte das facturas enquanto consumidores. A partir de determinada altura já nem a iluminação pública conseguimos pagar, e é isso que se começa a reflectir. Quanto às taxas de direito de passagem, aí não temos nada dessas taxas e é também uma possibilidade que o Município tem.

A forma de pagamento, 70% e 30%, aquilo que se espera é de que entre a aprovação do empréstimo, aprovação do contrato, execução do contrato, visto do Tribunal de Contas e o pagamento então da primeira tranche, talvez possa acontecer ainda este ano. Fazendo prova do pagamento das facturas com o valor que se recebeu irá depois receber-se mais tarde os restantes 30%. Foi anexado o formulário de adesão onde nos questionam sobre a existência de um conjunto de regulamentos de controlo interno e a nossa proposta é até ao final do mandato, até 2014 executarmos os regulamentos em falta e relativamente àqueles que temos adaptá-los à nova Lei dos Compromissos.

O facto do Senhor Amaral não ver no mapa a Freguesia da Praia do Ribatejo tendo em conta que estão a fazer cortes até é bom, neste caso não valorize este facto porque mal seria se viesse aqui a Freguesia de Praia do Ribatejo”.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Não se registando qualquer outro pedido de esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu de imediato o ponto 9 à votação do plenário, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com dois votos contra e cinco abstenções.**

**De igual modo o Senhor Presidente da Mesa colocou o ponto 10 à votação do plenário, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dois votos contra e cinco abstenções.**

A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta nesta parte, para efeitos imediatos.-----

Solicitou ainda a palavra o **Senhor Deputado Paulo Tavares** e expôs o seguinte: “ o Senhor Presidente da Câmara falou dos custos futuros e nomeadamente no saneamento, falou também na energia eléctrica à noite, eu enquanto cidadão que não estou dentro dos assuntos concretos porque isto certamente é muito complexo, mas eu tenho de dizer isto fico perplexo porque as taxas mensais associadas ao recibo da água já são tão elevadas neste Concelho e o Senhor Presidente já está a acenar com mais um aumento do saneamento”.

- **Deputado Municipal Nuno Gameiro** – “Senhor Presidente é muito rápido é só um pedido de esclarecimento, a moção que foi aprovada vais ser divulgada de que forma na Comunicação Social e nos vários Organismos”.

No uso da palavra o **Senhor Presidente Mesa** respondeu que era essa a forma de divulgação.

Concluída a Ordem de Trabalhos desta Sessão Ordinária o Senhor Presidente deu esta por encerrada da qual, para constar, se lavrou a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Presidente da Assembleia Municipal -----

----- O Primeiro Secretário -----

----- O Segundo Secretário -----